



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 102

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Natálio Stica
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP .....	Duílio Genari
PT .....	Elton Carlos Welter
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB .....	Dr. Luciano Ducci

## Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
16 DE NOVEMBRO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Neivo Beraldin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi e Ademir Bier e Marcos Isfer (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 030/2004

Curitiba, 11 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que consolida, aprimora e atu-

aliza a legislação, hoje em vigor, pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais me foram apresentados pelo Titular daquela Pasta, por intermédio do Ofício sob nº 266/2004/SEFA, contendo a justificativa adiante transcrita, onde ficam demonstrados, com o necessário detalhamento, os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

“Dispensa do IPVA sobre embarcações e aeronaves.

O Registro Aeronáutico Brasileiro - RAB, a Capitania dos Portos do Paraná e a Capitania Fluvial do Rio Paraná são os órgãos responsáveis pelo Registro e Controle das aeronaves e embarcações.

O RAB já informou que não é mais utilizado o aeródromo de registro como dado cadastral de aeronaves civis brasileiras. Tal indicativo era a base para a cobrança e distribuição do IPVA, em função do município no qual estivesse registrada. Dessa forma, as aeronaves perdem qualquer vínculo com município de origem/permanência. Inclusive, deve-se ressaltar que a maioria dos proprietários de aeronaves constantes no cadastro da SEFA/PR possuem endereço em outras Unidades Federadas;

Verifica-se ainda que é cada vez maior a quantidade de proprietários de aeronaves que tem apresentado, anualmente, liminar concedida em mandato de segurança impetrado contra o Estado do Paraná, suspendendo a exigibilidade do imposto;

Além deste fato, destaque-se os valores relativamente baixos de IPVA recolhidos aos cofres públicos sobre estes tipos de veículos; os custos de lançamentos e cobrança independentemente do imposto arrecadado e o alto grau de inadimplência relativamente ao pagamento de IPVA destes tipos de veículos: em 2004, para embarcações, foi pago somente 32,4% do IPVA lançado, e para aeronaves, 1,04%;

A SEFA/PR tem recebido posicionamentos contrários à cobrança do IPVA sobre embarcações e aeronaves exarados pela Procuradoria Geral do Estado, com fulcro em recentes entendimentos oriundos de Tribunais Superiores, os quais defendem a ilegalidade e a inconstitucionalidade desta cobrança;

Diante destes fatos, submetemos para análise, nova redação de dispositivos legais que dispensarão a cobrança do IPVA sobre embarcações e aeronaves, a partir do exercício de 2005.

Dispensa do IPVA no período em que o veículo automotor foi objeto de apropriação indébita.

Já existe na atual legislação previsão de dispensa do IPVA por sinistro, roubo, furto, extorsão e estelionato. Uma vez que o tipo penal da apropriação indébita se aproxima muito das outras figuras penais anteriores destacadas (principalmente o estelionato), sugerimos a inserção deste dispositivo para harmonizar a legislação.

Aprovação da Tabela dos Valores Venais para o ano de 2005.

Atualização da tabela dos valores para o ano de 2005, contendo os valores de 2004.

Cobrança do IPVA pela alíquota de 2,5% para caminhonete ou camioneta com capacidade para cinco passageiros ou mais.

Alguns veículos geram dúvidas, no que se refere a sua classificação, para fins de aplicação da alíquota, como, por exemplo, veículos com cabine dupla ou mistos. Pretende-se dirimir essa questão, mantendo a alíquota de 2,5% para os mencionados veículos.

Tratamento dispensado às pessoas portadoras de deficiência física.

A palavra “também”, constante no inciso IX do artigo 14, da Lei nº 14.260/2003, dá margem a diversas interpretações, sugerindo que existiriam outros casos de deficiência física, além dos já mencionados. Assim, para se evitar equívoco na interpretação da lei, foi proposta nova redação para este dispositivo.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º -...

Parágrafo Único - Para efeito da incidência do imposto, considera-se veículo automotor qualquer veículo terrestre dotado de força motriz própria de qualquer tipo, ainda que complementar, destinado ao transporte de pessoas e coisas.

...

Art. 3º -...

VI - No caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor médio de mercado constante de tabela de valores venais para cálculo do IPVA, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, ressalvado o contido nos parágrafos 7º e 8º deste artigo, observando-se marca, modelo, espécie e ano de fabricação.

...

§ 2º - No caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão, estelionato ou apropriação indébita, será devido o imposto na razão de um doze avos por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato.

...

§ 7º - Em relação aos veículos automotores não constantes na tabela a que se refere o inciso VI do *caput* deste artigo, a base de cálculo será o valor equivalente a 85% do valor da nota fiscal de aquisição, ou, na falta desta, o valor constante em tabela complementar de

valores venais para cálculo do IPVA, aprovada pelo Secretário da Fazenda mediante Resolução.

Art. 4º -...

II - 2,5% (dois e meio por cento) para os demais veículos automotores registrados no DETRAN/PR ou cadastrados na SEFA/PR, inclusive caminhonete ou camioneta com capacidade para cinco passageiros ou mais.

Art. 7º -...

§ 3º - É obrigatória a inscrição do contribuinte do IPVA no órgão responsável pelo registro de veículo automotor, devendo o referido órgão fornecer à SEFA/PR os dados cadastrais relativos aos veículos e seus respectivos proprietários e possuidores a qualquer título.

Art. 14 -....

V -....

a) é considerada pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

...

IX - com mais de vinte anos de fabricação.

...

Art. 22 - Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2005, que constitui o Anexo Único desta lei.”

Art. 2º - Fica revogado o parágrafo 6º do artigo 3º.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**A Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 031/2004

Curitiba, 16 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, por intermédio de V. Exa., submeter à elevada deliberação dessa augusta Assembléia Legislativa, a inclusa proposta de Emenda Constitucional que objetiva acrescentar artigo 210-A ao Capítulo VI, do Título VI, da Constituição Estadual e artigo 60 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da mesma Carta, dispondo sobre ordenamento jurídico brasileiro no sentido de assegurar a inviolabilidade do direito à vida humana, cuja efetividade depende do acesso à água potável, serviço público essencial que deve ser prestado diretamente por pessoas jurídicas de direito público, de modo a que seja garantida a sua imprescindível universalização.

Esta a principal motivação da presente proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná. Por ser a água um bem de domínio público essencial à vida, à saúde e à manutenção do equilíbrio do meio ambiente, cujo uso deve ser subordinado ao interesse geral, devem ser explicitados, no texto constitucional, as diretrizes e os fundamentos orientadores de sua gestão, para que seja mantida em qualidade e quantidade suficientes ao atendimento das necessidades básicas dos habitantes do Paraná, presentes e futuros.

Expostos, assim, os motivos que determinaram a apresentação da proposta, que se reveste de inegável interesse público, submeto o assunto a essa Casa de Leis.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Fica acrescido o seguinte artigo ao Capítulo VI, do Título VI, da Constituição de Estado do Paraná:

“Art. 210-A - A água é um bem essencial à vida. O acesso à água potável e ao saneamento constitui um direito humano fundamental.

§ 1º - Nas políticas estaduais de recursos hídricos e de saneamento serão observados os seguintes fundamentos e diretrizes:

I - no ordenamento do território e no uso dos recursos hídricos, a conservação, a proteção e a preservação do meio ambiente;

II - a gestão sustentável dos recursos hídricos, solidária com as gerações futuras, e a preservação do seu ciclo hidrológico;

III - a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, assegurando-se a participação dos usuários e da sociedade civil nos respectivos processos decisórios;

IV - o estabelecimento das bacias hidrográficas como unidades básicas de gestão dos recursos hídricos;

V - o estabelecimento de prioridades para o uso dos recursos hídricos por bacia ou sub-bacia, sendo a prioridade maior o abastecimento de água potável à população;

VI - na prestação dos serviços de água potável e saneamento, a prevalência de razões de ordem social frente as de ordem econômica.

§ 2º - As águas superficiais e subterrâneas de domínio do Estado constituem um bem unitário cujo uso é subordinado ao interesse geral.

§ 3º - Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados exclusiva e diretamente por pessoas jurídicas de direito público.”

Art. 2º - Fica acrescido o seguinte artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 60 - Eventual reparação decorrente do disposto no artigo 210-A não gerará indenização por lucro cessante, reembolsando-se unicamente os investimentos não amortizados.”

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofício:

OFÍCIO Nº 32/2004

Curitiba, 16 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, venho através do presente solicitar a V. Exa. providências das informações abaixo relacionadas, objetivando análise desta Comissão:

- número de escolas de ensino especial no Estado;
- quais são os convênios realizados entre essa Secretaria e as escolas especiais;
- número de alunos atendidos, por deficiência e por idade;
- qual a demanda reprimida por deficiência e por idade;
- como é realizada a avaliação pedagógica;
- qual o valor orçamentário executado, para o desenvolvimento do ensino especial.

Sendo o que se apresenta para o momento, e certo de seu atendimento, aproveito o ensejo para manifestar votos de consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) TADEU VENERI

Presidente da Comissão de Educação,  
Cultura e Esportes

## Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1920

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente vem REQUERER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 368/2004, de autoria do Poder Executivo, que objetiva dispensar, na forma e condições que específica, o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1921

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente vem REQUERER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 301/2004, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alter-

ações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Desenvolvimento S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742, de 19 de junho de 1997.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 1926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 1917

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, SOLICITA aos bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia para que seja autorizada sua participação, como representante deste Poder Legislativo à cidade de Nova Iorque, a convite do Exmo. Sr. Governador do Estado, na premiação à COPEL - Companhia de Energia Elétrica do Paraná, junto a Bolsa de Nova Iorque no período de 20 a 28 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

#### REQUERIMENTO Nº 1932

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja convidado o Dr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador Geral do Estado do Paraná, para falar no horário do Grande Expediente do dia 29 de novembro de 2004 sobre o Projeto de Lei nº 373/2004.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) NATÁLIO STICA

#### REQUERIMENTO Nº 1918

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia, que faça tramitar nesta Casa de Leis um Decreto Legislativo que positive o Pavilhão Legislativo Estadual, para que seja desfraldado na Assembléia e no Tribunal de Contas do Estado, até dia 23 de novembro do corrente ano, conforme as especificações contidas na justificativa do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Durante os festejos comemorativos aos 150 anos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comis-

são do Sesquicentenário, por solicitação desta Casa de Leis, criou uma Bandeira, considerando não possuir um pendão próprio a representá-la.

Este pavilhão fora confeccionado e desfraldado na sessão comemorativa aos 150 anos desta Casa de Leis, em 03 de agosto deste ano e aguarda sua positividade normativa, para que passe a vigorar oficialmente.

Na sua criação foram seguidas as seguintes diretrizes heráldicas:

- a bandeira obedecerá as dimensões de 20 (vinte) módulos de comprimento por 14 (quatorze) de largura,

- será composta de duas cores: verde e branca (tradicionalmente as cores oficiais do Estado, desde a publicação da Lei 1877 de 08 de abril de 1919, e na atual Constituição Estadual, nos artigos 26 e 27), sendo que a bandeira branca terá uma banda verde traçada entre os módulos 0 (zero) e 6 (seis) do comprimento, à esquerda do chefe.

- no campo branco, constará o Brasão de Armas do Estado, sito no quadrilátero imaginário formado entre os módulos 10 (dez) e 16 (dezesseis) do comprimento e 5 (cinco) e 10 (dez) da largura. Será o Brasão em vigor no momento, não importando qual seja (o instituído pela Decreto-Lei nº 2457 de 1947 ou pela Lei Complementar nº 52 de 1990).

Diante do exposto, solicito as providências deste Plenário, para que junto com os nobres Pares, possamos legalizar o uso do pendão do nosso Poder.

#### REQUERIMENTO Nº 1919

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia, que encaminhe ao Poder Executivo Estadual, a solicitação da municipalidade de Piraí do Sul, de criação de um Corpo Comunitário de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Piraí do Sul, importante município paranaense que se destaca no setor da agroindústria com relevante produção no setor da avicultura, sendo importante peça da economia rural paranaense.

Situada nos arrabaldes dos Campos Gerais do Paraná, sob a proteção de N. Sra. das Brotas, que há questão de um mês passou a ser padroeira de todo Caminho do Viamão, requer a criação de destacamento de um Corpo de Bombeiros Comunitário, para atender a defesa do patrimônio de seus quase 30.000 habitantes.

Diante do exposto, solicito as providências deste Plenário, para que junto com os nobres Pares, possamos dar conhecimento ao Governo do Estado quanto a este anseio popular.

Seja este requerimento encaminhado ao Exmo. Sr. Governador, Palácio Iguaçu - 3º andar - Centro Cívico - CEP 80.530-909 e ao Cel. Mário Oyoshio Wako, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 1876**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da ilustre Sra. Dora Dulcília Busse Ceneviva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1881**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre Sr. Wilson Rodrigues de Araújo.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1866**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paula Freitas pela passagem, no próximo dia 08.12.2004, de seus 40 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Waldemar Antonio Capeleti, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Luiz Sergio Carneiro de Campos, bem como a todos os Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

No próximo dia 08.12.2004, o Município de Paula Freitas estará comemorando o seu 40º aniversário de emancipação política. E, é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento econômico, urbanístico e social.

A certeza de dias melhores aliado a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação, com o respaldo de seus representantes, bem como com a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível viver e sentir hoje a transformação de Paula Freitas, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação do seu povo exultante de contentamento

com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

É portanto, nesta data tão significativa que o Prefeito, o Vice-Prefeito e todos os Vereadores bem como toda a população de Paula Freitas é credora da homenagem e reconhecimento deste Deputado, na certeza de que continuará com a mesma pujança e garra sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

**REQUERIMENTO Nº 1867**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Porto Vitória pela passagem, no próximo dia 08.12.2004, de seus 40 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Francisco Xavier Kampmann, Prefeito Municipal, a Vice-Prefeita, Sra. Marisa de Fátima Ilkiu, bem como a todos os Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Oito de dezembro, esta é a data em que se comemora o aniversário de Porto Vitória, uma cidade que a cada dia que passa desenvolve-se mais e mais, seja na indústria, comércio e agricultura, pois seu povo é trabalhador e tem sede de progresso.

Sua população sempre voltada para o futuro, ansiosa pelo desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais rápido de toda a região, graças às suas riquezas naturais.

Porto Vitória, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador conta hoje com extraordinário surto de progresso.

Porto Vitória pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Com todo o respeito que as autoridades e o povo de Porto Vitória são merecedores, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão na certeza de que continuará dando o melhor de seus esforços pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do Município.

**REQUERIMENTO Nº 1868**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Jorge do Ivaí pela passagem, no próximo dia 08.12.2004, de seus 49 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Luiz Bovo, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Iduilian Zago, bem como a todos os Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Congratulamo-nos com toda a população de São Jorge do Ivaí, na magna data da comemoração dos seus 49 anos de emancipação política.

A história de São Jorge do Ivaí é de trabalho e luta, sempre renovada pela fibra de seu povo, com a colaboração de seus administradores de todos os tempos, pois, o fundamental é que o trabalho desenvolvido em conjunto - administração e povo - está trazendo benefícios para toda a região, e com isso, a solução para os problemas que vão surgindo.

Ao contentamento de toda a população, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento a toda a comunidade são-jorgense.

#### REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Luiz Marques Modesto. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1878

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Stuani Moreno. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Aldo Moraes. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Mauro Guilherme de Lima.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1885

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Ivan Chubaci.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Rodrigues Reina Junior. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Neide Alves da Silva. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1879

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente Secretário de Estado de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando providências quanto a solução do desaparecimento da menina Luana Oliveira Lopes, de 08 anos, ocorrida há exatos 12 meses, às margens de uma rodovia, no Município de Florianópolis.

Há uma grande comoção entre a comunidade local, que cobra ações por parte da Polícia, pois a família é muito humilde e bemquista da população local.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando intervenção para evitar a realização do Concurso de Remoção para Professores do Quadro do Magistério e do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, medida esta que prejudica professores que já estão fixados por determinação da própria Secretaria em seus postos - alguns há mais de 20 anos - e se especializaram para exercer tal função, com a realização de cursos de qualificação em Educação de Jovens e Adultos.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando providências ao pedido, como segue cópia em anexo.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

Londrina, 12 de novembro de 2004.

“Ao Deputado Estadual

Homero Barbosa Neto

Em mãos

Prezado Deputado:

Venho através desta lembrar V. Sa., que no próximo dia 17 de novembro vai fazer exatos um ano em que tivemos em uma comitiva na Cidade de Curitiba para juntos, com V. Exa. e a Deputada Elza Correia, em audiência solicitar ao Sr. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, a Construção do Viaduto na BR-369 com Av. Duque de Caxias, infelizmente já se passou um ano e nem uma ati-

tude por parte do Sr. Secretário foi tomada em relação ao perigo que diariamente toda população de Zona Norte corre ao cruzar essa BR. Esperamos que nada de grave aconteça para aí, sim, se tomar alguma atitude.

Esperamos que V. Exa. possa nos ajudar cobrando do Sr. Secretário Waldir Pugliesi, alguma solução para esse cruzamento.

Certo de mais uma vez ser atendido,

Atenciosamente,

(aa) OSVALDIR GOMES DE OLIVEIRA

Presidente da FAMECOL

FLÁVIO GUERREIRO

Vice-Presidente da FAMECOL

CARLOS COSTA

Presidente da CONSEG - Norte Londrina

## REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a diretoria geral da Brasil Telecom, solicitando a instalação de um telefone público no Município de Jacarezinho, na Comunidade conhecida por “Ilha do Baiano”, Bairro Água das Flores.

Vale ressaltar que na região há intenso movimento de pescadores e turistas que não possuem qualquer outra forma de comunicação.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Orlando Pessuti, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

## REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente à Secretária de Estado da



Cultura, Vera Maria Mussi Augusto, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldair Tarcisio Rizzi, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1896

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1897

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, Luiz Mussi, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Aldo José Parzianello, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Renato Guimarães Adur, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado de

Obras Públicas, Luiz Dernizo Caron, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, Padre Roque Zimmermann, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral, Reinhold Stephanes, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

## REQUERIMENTO Nº 1905

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

## REQUERIMENTO Nº 1906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado do Turismo, José Cláudio Rorato, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

## REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário Especial de Relações com a Comunidade, Milton Buabssi, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

## REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

## REQUERIMENTO Nº 1909

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado do Turismo, Celso de Souza Caron, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

## REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis,

solicitar envio de expediente a Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Maria Marta Lunardon, REQUERENDO pedido de informações a respeito, de quais foram as obras (novas, ampliações, reformas e obras a serem concluídas), programas implantados e ações realizadas nos Municípios do Litoral nos anos de 2003 e 2004, discriminadas mês a mês por município.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam nominadas com as respectivas unidades vinculadas da Secretaria, seus valores, prazo de início e término, dotação orçamentária utilizada e sua referida rubrica.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevadas estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar envio de expediente ao Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, Exmo. Sr. Padre Roque Zimermann, REQUERENDO pedido de informações sobre o Programa de Serviço de Ação Continuada, no que diz respeito às entidades sociais dos Municípios do Litoral, conforme abaixo:

- Informar os critérios e documentação necessária para que as entidades sociais possam cadastrar-se no programa.

- Informar por Município, as entidades sociais dos Municípios do Litoral que já estão cadastradas no programa.

- Informar por Município, as entidades sociais dos Municípios do Litoral que já receberam o benefício do programa.

- Informar por Município, quais os benefícios que os Municípios do Litoral já receberam desde o ano 2000.

- Informar qual o procedimento para que as entidades sociais cadastradas que ainda não receberam o benefício possam ser atendidas.

- Informar ano a ano por Município, de que forma as entidades sociais dos Municípios do Litoral estão sendo atendidas desde o ano de 2000, no que diz respeito aos trabalhos realizados e a assistência social.

- Informar quais os critérios utilizados para estipular os valores dos benefícios para as entidades.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1911

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão Presidente desta Casa de Leis,

solicitar envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Henrique Naigeboren, REQUERENDO pedido de informações da situação dos processos de prestação de contas do Município de Paranaguá, inclusive autarquias, fundações e Câmara Municipal, discriminadas da seguinte forma:

- Contas Aprovadas
- Contas em Análise
- Recurso em análise
- Contas Desaprovadas

As informações das prestações de contas referem-se aos exercícios de 1997 a 2003.

Outrossim, solicitamos que a situação das contas desaprovadas e recursos em análise, sejam informadas com os problemas ocorridos, providências tomadas e situação atual.

Na certeza de contarmos com esta egrégia Casa de Leis, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) WALDIR LEITE

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 409/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Barão do Rio Branco - Ensino Médio e Fundamental, com sede e foro no Município de Assaí, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Barão do Rio Branco - Ensino Médio e Fundamental, é um órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, tendo como objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração, família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

Tem a finalidade de promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade através do desenvolvimento de atividades sócio culturais, desportivas, saúde, meio-ambiente, dentro do previsto do Regimento Escolar; prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar; integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade; proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no pro-

cesso escolar, apoiando a livre organização de grêmios estudantis; entre outras atividades de interesse da comunidade escolar.

PROJETO DE LEI Nº 410/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada Olívio Zanella a Rodovia Federal BR-373, delegada ao estado do Paraná através do Convênio de Delegação. nº 01/98.

Parágrafo Único - O Convênio de Delegação 01/98 foi firmado entre o Estado do Paraná e a União, através do Ministério dos Transportes.

Art. 2º - O trecho com a nova denominação é o compreendido entre o entroncamento da referida rodovia com a BR-277 (Município de Cândói/PR) e o trevo de acesso à cidade de Coronel Vivida/PR, totalizando aproximadamente 100 Km (cem quilômetros).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Gaúcho, ou rio-grandense, como gostava de ser chamado, nasceu em 27 de Março de 1926 no Distrito, e hoje Município, de Paim Filho, em Vacarias/RS.

Zanella iniciou seus estudos em sua terra natal, mas, pela visão de futuro de seus pais, que o fizeram complementar sua formação secundária no tradicional Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, acabou formando-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1954.

Ainda no Rio Grande do Sul, onde começou suas atividades profissionais, casou-se com Clory Vieira Zanella. E, 1961, mudou-se para a cidade de Pato Branco no Sudoeste do Paraná, acompanhando uma crescente colonização gaúcha que acontecia na região. Lá nasceram seus quatro filhos: Rossana, Francisco, Andréa e Fernando.

Radicou-se definitivamente na região e participou ativamente de seu desenvolvimento. Em Pato Branco/PR atuou na construção de estradas municipais, no apoio à regularização agrária, na pavimentação urbana e em diversas edificações.

Em 1967 ingressou no Quadro de Engenheiros do Departamento de Estradas de Rodagens do Paraná-DER/PR.

No DER/PR Zanella percorreu uma trajetória completa. O DER passaria a fazer parte de sua vida até os seus últimos dias. Mesmo desempenhando funções relevantes fora do DER, nunca deixou de acompanhar e participar de todas as ações daquele Departamento, onde fez grandes amizades e era considerado uma figura sim-

bólica. Zanella, pode-se dizer, era uma das poucas unanimidades de DER.

Começou como engenheiro-fiscal do trecho Três Pinheiros - Pato Branco da BR-373. Depois, sucessivamente, engenheiro auxiliar do Distrito Rodoviário de Pato Branco (1967 - 1970), engenheiro-chefe do 16º Distrito Rodoviário, em Ibaiti (1970-1971), engenheiro-chefe do 9º Distrito Rodoviário, em Francisco Beltrão (1971-1973), engenheiro-auxiliar do 9º Distrito Rodoviário e engenheiro fiscal da rodovia Pato Branco - Francisco Beltrão, engenheiro-chefe do 8º Distrito Rodoviário, em Cascavel (1974-1977). Nessa última função executou uma obra que passou a ser referência: a pavimentação, por administração direta do DER, do trecho Toledo-Palotina.

Em 1977, no Governo Jaime Canet, assumiu a Supervisão da 5ª Gerência de Construção, abrangendo o Sudoeste e Oeste do Estado. Naquele momento, o Paraná desenvolvia um grande programa de obras rodoviárias e Zanella, além de coordenar mais de 700 Km de construção de novas rodovias, foi responsável pela formação de uma geração de engenheiros no DER. Durante esse período foram executados, entre tantos outros, trechos na BR-153, na BR-280, na PR-281 e na PR-182.

Em 1981 assumiu o 1º Centro Regional de Manutenção em Curitiba/PR.

Em 1983, complementando um ciclo no DER, assume, na primeira gestão de Deni Schwartz como Secretário de Estado dos Transportes, a Diretoria Geral do Departamento. Na sua administração, um grande impulso foi dado em todas as áreas do DER, com a conclusão de importantes obras como o trecho Pirai do Sul - São Jerônimo da Serra da "Estrada do Cerne". Numa busca constante de recurso junto aos órgãos financiadores como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, BNDES e Banco Mundial - BIRD - alavancou programas como o da criação das "Patrulhas Rodoviárias", que foram responsáveis pela recuperação e melhoramentos em milhares de quilômetros de rodovias rurais, o início da pavimentação com "calçamento poliédrico" que permitiu a perenização de centenas de quilômetros no sudoeste paranaense e a construção de mais de 300 pontes em rodovias municipais. A maior preocupação de Zanella foi sempre com a manutenção do patrimônio que representavam as estradas do Paraná e durante o seu período como Diretor Geral deu absoluta prioridade a essa área.

Por convocação do Governador José Richa, assumiu a Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA - em junho de 1984. Foi Diretor Superintendente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná de junho de 1986 a março de 1987. Em março de 1987 retorna ao DER/PR como Diretor de Apoio Rodoviário aos Municípios, lá ficando até abril de 1989.

De abril de 1989 até dezembro de 1994 trabalhou na iniciativa privada. Em janeiro de 1995 retorna, pelas mãos de seu grande amigo Deni Schwartz, à Secretaria de Estado dos Transportes, como Assessor de Engenharia.

Em agosto de 2001, participando da gestão de outro grande amigo seu, Euclides Scalco, vai dar seu apoio na Itaipu Binacional como Assistente do Diretor de Coordenação.

Em abril de 2002 assume a Diretoria de Coordenação da Itaipu. Nessas últimas funções põe em prática suas idéias projetadas desde a infância, vivendo na área rural de Paim Filho, e procura desenvolver entre os agricultores dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, práticas agrícolas voltadas à preservação do meio ambiente e que viessem trazer um melhor resultado financeiro às famílias desses agricultores. O meio ambiente, muito antes de se tornar uma preocupação de todos, já era a grande inquietação de Zanella.

Fica no cargo até 22 de janeiro de 2003 e, em 28 de fevereiro desse mesmo ano, resolve, por fim, aposentar-se.

Em 09 de agosto de 1991 recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná pelos relevantes serviços prestados ao Estado, título proposto pelo então Deputado Haroldo Ferreira.

Zanella faleceu em 28 de março de 2004, um dia após completar 78 anos.

#### PROJETO DE LEI Nº 411/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jesus do Sul, com sede neste Município e foro na Comarca de Barracão/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jesus do Sul, fundada em 06 de janeiro de 1997, na cidade de Bom Jesus do Sul/PR, é uma entidade civil, sem fins lucrativos e que tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante.

Entre suas atividades mais relevantes destacamos a assistência médica à criança, à gestante e à nutriz enferma; a assistência alimentar à criança, à gestante em estado de desnutrição ou reconhecidamente pobre, especialmente de família com prole numerosa; a proteção e educação dirigida a crianças carentes, cujas mães sejam operárias e não possuam responsáveis pelos menores em suas ausências, além de outras tantas iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

A declaração de Utilidade Pública reforça a entidade em sua finalidade e contribui para que a mesma avance no desenvolvimento de seus trabalhos junto à comunidade, em prol da melhoria das condições de vida da mesma.

#### PROJETO DE LEI Nº 412/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Pequeno Cidadão, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Av. dos Xetas, 01, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópicos e de assistência social.

A Creche Pequeno Cidadão, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 413/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Serra dos Dourados, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Santa Catarina, s/nº, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópicos e de assistência social.

A Creche Serra dos Dourados, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 414/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Casa da Criança, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua das Petúncias, 1426, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópicos e de assistência social.

A Creche Casa da Criança, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 415/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Sagrada Família, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Ouro Branco, 1393, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópicos e de assistência social.

A Creche Sagrada Família, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 416/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social dos Campos Gerais - ASCG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Assistência Social dos Campos Gerais, é uma entidade jurídica de direito privado, que tem por finalidade a promoção social da família, assistindo à maternidade, à infância, à adolescência e à terceira idade, através de programas, ações e serviços voltados à área social, de saúde, educação, esporte e lazer, preocupando-se pela formação profissional, a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento econômico e social e ao combate à pobreza, sem qualquer discriminação de religião, nacionalidade, cor ou outra condição qualquer.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública estadual a Associação de Assistência Social dos Campos Gerais do Município de Ponta Grossa.

#### PROJETO DE LEI Nº 417/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através da Paraná Turismo, autorizado a promover investimentos no Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, mediante a aquisição

de ações ordinárias sem valor nominal disponibilizadas pela Companhia.

Art. 2º - Em atendimento aos dispositivos do Estatuto da Companhia, fica o Poder Executivo autorizado a realizar as alterações estatutárias cabíveis visando a aplicação desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

O fortalecimento do turismo paranaense exige a participação ativa do Governo do Estado na consolidação de equipamentos prioritários para a atração de novos negócios, especialmente os vinculados ao setor de eventos.

Com a capacidade imediata de gerar empregos diretos e indiretos e - conseqüentemente - renda, os segmentos de feiras, seminários, simpósios e exposições, nacional e internacional, estão sendo disputados por vários Estados brasileiros, entre eles Bahia, Santa Catarina, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, com o suporte imprescindível dos governos estaduais.

A participação do governo paranaense, através da Secretaria de Estado do Turismo - Paraná Turismo, na conclusão das obras do Centro de Convenção de Foz do Iguaçu, através da aquisição das referidas ações, aumenta a capacidade competitiva do Paraná, resultando na imediata atração de grandes eventos para o Estado com reflexos imediatos na economia paranaense. Com a aquisição autorizada, será possível ao Governo do Estado, caso seja do seu interesse, incluir a companhia de economia mista, que gerencia o centro de convenções, no cumprimento das metas definidas na Política Estadual e Turismo e as diretrizes de governo, apresentadas à Assembléia Legislativa.

A autorização para que o Governo Estadual, observando a legalidade quanto ao cumprimento da legislação pertinente, amplie a participação societária oportuniza ao Governo maior celeridade no processo de desenvolvimento e de valorização da atividade turística no Estado através do fortalecimento e da consolidação do Pólo Turístico de Foz do Iguaçu.

#### PROJETO DE LEI Nº 418/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - As agências bancárias do Estado do Paraná devem obrigatoriamente ter sanitários em suas instalações, com acesso livre e sinalizado para utilização pelos seus clientes, e dotados de equipamentos adequados para pessoas portadoras de deficiências físicas.

Parágrafo Único - Entende-se por cliente aquela pessoa que possua algum vínculo contratual com o

banco, ou que esteja aguardando atendimento em razão de qualquer serviço prestado no estabelecimento.

Art. 2º - Esta lei aplicar-se-á aos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Art. 3º - O prazo para o cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 4º - O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) por dia.

Art. 5º - As denúncias referentes ao descumprimento desta lei deverão ser encaminhadas ao PROCON/PR, que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição dos infratores.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

Os estabelecimentos comerciais possuem um elevado número de pessoas circulando diariamente em suas instalações. Em razão disto, devem disponibilizar a utilização de sanitários para os seus clientes, não só porque o bom senso recomenda, como também para melhor atendê-los.

As agências bancárias não devem fugir à regra. O grande número de clientes que transitam por estas instituições financeiras precisam ter ao seu dispor sanitários, independentemente da autorização de quem quer que seja. Estes sanitários devem estar permanentemente abertos, evitando que o cliente se sinta constrangido ou, até mesmo, impossibilitado de utilizá-los. Por razões óbvias, o presente projeto também obriga a instalação de equipamentos adequados para a utilização dos sanitários por pessoas portadoras de deficiência física, garantindo tratamento igualitário a todos.

As despesas decorrentes da aplicação desta lei não são elevadas, levando-se em conta que os bancos auferem lucros bem acima da média de outras atividades econômicas. Além disso, a fim de evitar maiores dificuldades, a lei estabelece um prazo razoável para a adequação dos estabelecimentos, além de ser aplicável somente às agências bancárias instaladas em Municípios que tenham pelo menos 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

#### PROJETO DE LEI Nº 419/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :



Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Kaloré, do Município de Kaloré, inscrito no CNPJ sob nº 03.707.878/0001-50.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto do Asilo São Vicente de Paulo de Kaloré, do Município de Kaloré, inscrito no CNPJ nº 03.707.878/0001-50, com sede e foro à Rua Farmacêutico Manoel do Bem, 36, Centro, Município de Kaloré - PR, tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana visando manter estabelecimentos destinados a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, dando assistência como alimentação, vestuário, medicamentos, assistência médico-dentária, etc, criar, manter, e se possível, estender serviços a familiares e pessoas necessitadas.

A aprovação do referido projeto facilitará a essa entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do Poder Público Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 420/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reconhecida ao COSMO - Corpo de Socorro em Montanha, entidade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Curitiba, inscrito no CNPJ nº 02.667.877/0001-66, a qualidade de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(a) HERMES FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade civil sem fins lucrativos, COSMO - Corpo de Socorro em Montanha, com sede em Curitiba, vem realizando, desde a sua fundação, um amplo trabalho de alcance social.

É necessário que se dê a ela o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

Pedimos, portanto, o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa para este projeto.

### Projeto de Decreto Legislativo:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica susgado, nos termos do disposto no inciso XXVI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os efeitos do acordo de acionistas, celebrado em 04 de setembro de 1998, entre o Estado do Paraná e a Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A, que se encontra arquivado na sede da Companhia de Saneamento Básico do Paraná - SANEPAR, por ter o referido acordo exorbitado dos limites de delegação legislativa, contida na Lei nº 11.963, de 19 de dezembro de 1997, infringido os dispositivos do inciso XVIII e parágrafo único do artigo 87, da Constituição do Estado do Paraná e violado os princípios próprios do regime jurídico-administrativo antes elencados.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO  
NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é o acionista majoritário da Companhia de Saneamento do Paraná -SANEPAR, cujo capital votante foi, nos termos da Lei Estadual nº 11.963/97, parcialmente alienado em favor na Sociedade Mercantil Dominó Holdings S/A, na proporção de 39,71%.

Na Assembléia Geral da SANEPAR, em 04 de setembro de 1998, a pretexto de regular o exercício do direito do voto foi produzido um acordo de acionistas, em flagrante contrariedade com o comando contido no inciso XVIII do artigo 87, da Constituição do Estado do Paraná.

A celebração de acordos é ato de competência privativa e indelegável do Governador do Estado, na forma do parágrafo único do artigo 87, da Constituição do Estado do Paraná.

Apesar de vedação constitucional e os limites impostos pela delegação contida na Lei nº 11.963, de 19 de dezembro de 1997, o acordo de acionistas foi subscrito à míngua de qualquer instrumento de delegação, razão pela qual traduz ato administrativo inexistente, insuscetível de produzir efeitos jurídicos, quaisquer que sejam.

Ainda que houvesse se aperfeiçoado, tal ato seria padecente de vícios de competência, motivo e finalidade, na medida em que, pelos seus termos, o Estado do Paraná, abdicou das prerrogativas inerentes à sua condição de pessoa administrativa, e na prática tornou nenhum o poder-dever de controle decorrente de sua participação majoritária no capital social da companhia mista.

O acordo de acionistas impôs ao Estado do Paraná a obrigação de votar em bloco com os interesses do grupo minoritário privado, em qualquer alteração estatutária relativa ao objeto social, emissão de novas ações, competência, composição e funcionamento os órgãos sociais (Assembléia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é apuração dos resultados da Companhia (incluindo a formação de reservas; fixação e distribuição

de dividendos e juros sobre o capital próprio); emissão de debêntures; fusão, cisão, dissolução ou liquidação da Companhia; distribuição de dividendos em percentual diverso do obrigatório e remuneração dos membros do Conselho da Administração e da Diretoria Executiva.

Embora a legislação e a posição de acionistas majoritário assegurem ao Estado do Paraná o controle da gestão da SANEPAR, o dito acordo de acionistas inverte as prerrogativas decorrentes da maioria que o Estado detém no Capital Social, no Conselho de Administração e na Diretoria, fazendo com que o Estado do Paraná dependa da anuência do grupo provado para:

- a) deliberar previamente à sua celebração sobre contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas controladoras;
- b) alienação ou constituição de ônus reais;
- c) empréstimos e financiamentos;
- d) manifestar-se sobre relatório de administração e contas da Diretoria;
- e) escolha e destituição dos auditores independentes;
- f) destinação dos lucros;
- g) aprovação do plano de cargos e salários;
- h) voto em coligadas;
- i) distribuição de dividendos;
- j) pagamento de juros sobre capital próprio;
- k) reconhecer a dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- l) aprovar tarifas;
- m) elaborar o Plano de Negócios e Orçamento Anual.

Atos esses que são os principais elementos de gestão da SANEPAR. Não fosse suficiente, o referido acordo de acionistas, de 04 de setembro de 1998, anula a maior estatutariamente atribuída ao Estado do Paraná na Composição de Administração e na Diretoria Executiva da Companhia, pois muito embora o Estado do Paraná indique 5 (cinco) dentre os 9 (nove) membros do Conselho de Administração, o acordo (item 4.3) obriga o Estado a votar no sentido de estabelecer a competência do Conselho de Administração para os assuntos ali descritos. Como esta competência vem fixada nos Estatutos, que exigem um quórum qualificado (sete conselheiros) para as matérias cruciais a que alude o artigo 14, parágrafo 2º, c/c artigo 17 dos Estatutos, na prática, os 05 (cinco) conselheiros indicados pelo Estado dependem da concordância dos representantes do acionista minoritário para tudo o que de relevante se decida na SANEPAR.

A mesma situação se repete no âmbito da Diretoria. A Companhia tinham, pelo acordo, 7 (sete) Diretores, sendo 4 (quatro) indicados pelo Estado do Paraná. Porém, antes dos termos do referido acordo de acionistas, os Diretores Superintendente, de Operações e Financeiro seriam eleitos entre nomes apresentados pela Dominó Holdings S/A. Todavia, por um estratagema decorrente do mencionado acordo, os Diretores indicados pelo

acionista minoritário detinham o comando real da Companhia.

A gestão corrente da Companhia era estatutariamente fixada num Plano de Negócios e Orçamento Anual, ambos elaborados por 3 (três) Diretores, a saber, o Diretor Financeiro (idem) e o Diretor Administrativo (este indicado pelo Estado do Paraná). Não havendo consenso entre estes três Diretores, a decisão, nos termos do acordo, deve ser tomada por maioria (acordo, item 4.7.1).

Para melhor explicar a referida maioria, não se trata da maioria da Diretoria Executiva e nem dos membros do Conselho de Administração e muito menos se trata da maioria do capital votante. Trata-se da maioria, artificialmente criada pelo acordo de acionistas, ou seja, a “maioria” composta por apenas 3 (três) Diretores encarregados da elaboração do plano de negócios e do orçamento, que proporcionalmente representam e pertencem ao grupo de acionistas minoritários.

Ao atrelar o exercício do direito de voto do acionista Estado do Paraná aos interesses do grupo minoritário, o referido acordo de acionistas afronta o princípio da indisponibilidade do interesse público, que na exata observação de Celso Antonio Bandeira de Mello: “significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade, não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis.” Ou ainda, que “as pessoas administrativas não têm portanto disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização.”

O controle da sociedade de economia mista da qual o Estado do Paraná, por disposição legal expressa, é o acionista majoritário e controlador, é mais do que mera prerrogativa da Administração Pública Estadual, e, permanentemente retido nas mãos do Estado, constitui verdadeiro poder-dever, um poder que por isso mesmo a Administração Pública não pode deixar de exercer, sob pena de responder pela omissão (Maria Sylvia Zanella Di Pietro).

Sendo assim, um ato bilateral que atribui ao acionista privado um poder de mando, controle e administração incompatível com o porte de sua participação acionária, com reflexos inevitáveis na própria persecução dos objetivos sociais da Companhia, afronta os princípios que fundamentam a atuação administrativa do Estado, inquinando-o de ilegalidade manifesta.

Ante tais circunstâncias, o Governo do Estado do Paraná editou, com base na Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, o Decreto nº 452, de 13 de fevereiro de 2003, por meio do qual reconheceu a ilegalidade do ato administrativo.

O Decreto nº 452, de 13 de fevereiro de 2003, apesar de validamente editado, foi impugnado judicialmente por Dominó Holdings S/A perante o Tribunal de Justiça do Paraná, em Mandado de Segurança sob nº 141.980-1, o qual, apesar de denegado pelo Órgão Especial daquela Corte de Justiça, teve sua decisão modificada pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em autos de

Medida Cautelar nº 8527, por meio da qual foram suspensos os efeitos do Decreto nº 452/2003, até a decisão do Recurso Ordinário (RMS 18769).

O acordo de acionistas em questão, além dos vícios já apontados, exorbitou os limites da delegação legislativa decorrente da Lei nº 11.963, de 19 de fevereiro de 1997, que apenas autorizou o Poder Executivo a vender, dar caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, ações que detém na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, devendo, contudo, o Estado do Paraná deter sempre, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do total das ações ordinárias, vale dizer, devendo deter, sempre, a maioria do capital votante, portanto, o controle da companhia.

Sendo assim, conclamamos todos os nobres Pares desta Assembléia a manifestarem através do presente Decreto Legislativo, a decisão do colegiado de representantes do povo do Paraná, no exercício do Poder Legislativo, que determina a sustação do acordo de acionistas em epígrafe, com fundamentos na defesa do interesse público com vistas a promoção do bem comum de todos os paranaenses.

#### PARECER Nº 180/2004

Solicitante:

Exmo. Sr. Presidente desta Casa de Leis

Assunto:

Decreto Legislativo em termos similares ao Decreto Executivo nº 452/2003 *sub-judice* - ao qual acrescentou-se a 2ª parte do item 7, alterou-se o teor do item 10 e foram acrescentados os itens 11 e 12.

Senhor Presidente

Conforme solicitação verbal de V. Exa., acerca da possibilidade e conveniência deste Poder Legislativo manifestar-se sobre o acordo de acionistas celebrado entre o Estado do Paraná e a Dominó Holdings S/A, aos 04 (quatro) dias, do mês de setembro de 1998, através de Decreto Legislativo, em similares termos àqueles constantes ao Decreto Executivo nº 452/2003 - *sub-judice* ao qual foram acrescentados alguns itens (esboço em anexo), esta Procuradoria Geral obriga-se a externar os seguintes esclarecimentos:

I - Ao teor do Decreto Executivo nº 452/2003, que declarou nulo o acordo de acionistas supramencionado, concernente à SANEPAR, celebrado com violação ao artigo 87, inciso XVIII, da Constituição Estadual, tornando-o, por conseguinte, sem efeito, foi impetrado Mandado de Segurança, tombado sob o nº 141.980-1, perante o ínclito Órgão Especial do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, pela Dominó Holdings S/A, sendo-lhes denegado seguimento, por maioria, em 20.02.2004, acórdão publicado em 29.03.2004, 'por entender que a ato impugnado foi perfeitamente válido e legal', decisão contra a qual foi interposto Recurso Ordinário nº 18.769/PR (em 21.05.2004), remetido ao STJ em 11.08.2004,

autuado em 16.08.2004, distribuído por prevenção ao processo registrado sob o nº 2004/0094048-1 (MC nº 8.527) - Min. Eliana Calmon - 2ª Turma, com vistas ao Ministério Público Federal desde 18.08.2004.

II - Interposta Medida Cautelar sob o nº 8.527/PR, pela Dominó Holdings S/A, autuada em 29.06.2004, com decisão/despacho concessivo da liminar, nos seguintes termos: "a incerteza quanto à finalização da lide pendente aconselha que não se coloque em perigo o destino da empresa, com alterações irreversíveis no capital social da SANEPAR. Assim sendo, por cautela e em nome da segurança jurídica, concedo a liminar nesta cautelar inominada, prestigiando o contrato, com a suspensão dos efeitos do Decreto nº 452/2003, até a decisão do Recurso Ordinário" (grifo nosso), em 02.07.2004 (interposto Agravo Regimental pelo Estado do Paraná, em 20.07.2004, ao qual foi negado provimento em 17.08.2004); atualmente, após juntada de contestação (petição nº 94617/2004), o feito encontra-se concluso à Min. Relatora desde 09.09.2004.

III - O Estado do Paraná requereu a Suspensão da Liminar concedida pela Min. Eliana Calmon, tombada sob o nº 000114, em favor de Dominó Holdings S/A, sob alegação de grave lesão à economia, à saúde e a ordem pública, à qual foi declarada a incompetência do STJ, negando-lhe seguimento, em 03.08.2004 (Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira). Opostos, então, Embargos de Declaração na SL 000114 (2004/0103851-6), os mesmos foram acolhidos, "em observância aos princípios da celeridade e da economia, determinando a remessa dos autos ao STF, competente para o pedido de suspensão". Remessa ao STF em 25.08.2004 (SL nº 42, recebida em 1.09.2004), Dominó presta esclarecimentos e requer seja julgado prejudicado, ante a superveniente perda de interesse processual, concluso então, na mesma data, ao Exmo. Sr. Presidente.

IV - Em assim sendo, esta Procuradoria Geral permite-se opinar que, por encontrar-se o objeto do Decreto Executivo nº 452/2003 *sub-judice*, haja vista a interposição de Recurso Ordinário ao STJ pela Dominó Holdings S/A, contra decisão proferida pelo Órgão Especial do Tribunal *a quo*, deste Estado, bem como, a Suspensão de Liminar requerida pelo Estado do Paraná, em trâmite perante o STF, contra decisão proferida pela Ministra Eliana Calmon (STJ), seria de bom alvitre e absolutamente conveniente e aguardo das decisões judiciais a serem proferidas pelas Instâncias Superiores, evitando que o Poder Legislativo venha, assim, a interferir, antecipando-se àquelas, ao sustar atos normativos - consoantes pretende o Poder executivo - através de Decreto Legislativo, em idênticos moldes àqueles constantes ao Decreto por aquele editado, uma vez que estaria por fazê-lo com idêntico objeto àquele já em discussão perante o Poder Judiciário, e que ensejaria a propositura, certamente, de novas demandas judiciais, com idênticos fins. Cumpre, todavia, ressaltar que conforme permissivo constante ao artigo 54, inciso XXVI, da Constituição Estadual, no que

tange aos limites de delegação normativa, inexistindo óbice à tramitação de projeto nestes termos perante o Plenário desta Casa de Leis, todavia, entendemos constituir ato de maior cautela o aguardo daquelas decisões.

Este constitui o parecer, sob censura.

Curitiba, 13 de setembro de 2004.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhei nos últimos dias nesta Casa a aprovação do projeto de lei do Presidente Hermas Brandão que torna obrigatório à Secretaria da Comunicação Social de divulgar em uma página da Internet e também no Diário Oficial todos os recursos que são gastos por essa Secretaria para poder anunciar as ações do Governo do Estado do Paraná. Nós vimos aqui governos passarem no nosso Estado e verba significativa da Comunicação Social sendo gasta. O Governo anterior foi altamente criticado por membros do atual governo e até Deputados que hoje compõem a base aliada lá no passado tanto falaram, tanto denunciaram na famosa festa publicitária do Governo do Estado do Paraná. Agora, o que acompanhamos? Quando abrimos o Orçamento para o ano de 2005 que está por ser votada na nossa Assembleia Legislativa nós vemos, só da Secretaria da Comunicação Social mais de sessenta milhões de reais destinados para divulgação das ações do Governo do Estado.

Isso, Deputado Elio e Deputado Rossoni, sem contar as verbas destinadas à Comunicação Social que as outras Secretarias do atual Governo têm, perfazendo perto de cem milhões de reais destinados para a Comunicação Social. Então, para aqueles que lá no passado tanto criticavam o Governo anterior, estão fazendo agora, exatamente a mesma coisa, Deputado Neivo Beraldin, o senhor que foi Presidente da CPI do BANESTADO e tanto denunciou e, dias atrás, daquela tribuna, o senhor falou o quando foi gasto pelo BANESTADO, em divulgação. Lá no passado, o BANESTADO, que foi privatizado, hoje diretamente a Secretaria da Comunicação Social e as demais Secretarias de Estado investindo recursos significativos na área da Comunicação e este projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão vai fazer com que todos possam saber onde está sendo gasto o dinheiro da Comunicação Social, em qual televisão foi lembrado, para qual jornal foi destinado, para qual Rádio foi encaminhado, para qual revista, enfim, onde esses cem milhões vão ser gastos pelo Governo do Estado do Paraná.

Quero aqui também senhor Presidente, parabenizar a sua iniciativa e espero que o Governador do Estado do Paraná sancione este projeto de lei para que ele possa

entrar em vigor o mais rapidamente possível para que a transparência que eles tanto defendem possa, a partir do momento de ser sancionado, ser levado a todo o Estado do Paraná e quero firmar aqui também a posição do Partido da Frente Liberal que hoje, em segunda discussão, vota contra o aumento de cem por cento dos Secretários de Estado que vai sair de seis mil reais para doze mil reais. Tem uma proposta que está sendo encaminhada pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores, o Deputado André Vargas um tanto quanto interessante, que vai limitar o aumento dos Secretários de Estado ao mesmo salário do Ministro da República que gira em torno de oito mil reais e o nosso Partido vai conversar ainda hoje para decidir sobre essa questão dessa emenda apresentada pelo Deputado André Vargas sobre a posição que ele vai tomar.

Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns uma vez mais pelo seu projeto de lei. Agora eu quero ver a transparência do Governo do Estado no momento de sancionar esta lei que a Assembleia aprovou e que está sendo encaminhada ao Governo do Estado do Paraná.

Obrigado Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado André Vargas.

**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da palavra neste momento, exatamente para comentar as circunstâncias em que surgiu essa emenda e o entendimento que eu tenho acerca desse assunto.

Natural que o Governo tenha um entendimento acerca dos salários dos secretários, que ele entenda que deva dobrar os salários.

Fiz todas as argumentações aqui, sem nenhuma paixão, dizendo que o Governo deveria mandar uma mensagem reorganizando os cargos comissionados, reduzindo alguns, cerca de três mil e quinhentos, redimensionando para que possa dar o aumento necessário sem o aumento de custo para o Estado.

Mas essa é uma polêmica que naturalmente terá fim, com a votação do projeto. Mas, do ponto de vista do método, o que eu entendo: É prerrogativa da Assembleia fazê-lo? É, está na Constituição. Compete aos Deputados aprovar o salário dos Secretários. Mas no meu entendimento o Governador deveria mandar uma mensagem para V. Exa. Sr. Presidente, solicitando, dizendo qual era o valor que ele entendia adequado para que a Mesa da Casa fizesse um projeto e encaminhasse à votação dos Deputados. Porque é ao Governo que compete o Planejamento Geral do seu Orçamento que é o planejador e como são cargos de livre nomeação, ele decide, quanto deve receber esse ou aquele.

Uma polêmica falsa se estabelece a partir daí, no sentido de dizer é um Secretário, um borra-botas do Governo, aquele que é serviço do Governo, por conta desse

posicionamento diferenciado que alguns Deputados do PT, escreve um artigo atacando os Deputados. Naturalmente que eu não vou respondê-lo, porque nada faria se não tivesse o mando do chefe, do grande chefe.

Faz ali acusações pueris, infantis, como de resto, são pueris e infantis todos aqueles que seguem cegamente a um senhor. Faz sem base, defende por outras linhas o aumento do próprio salário e ataca companheiros do nosso Partido.

O Deputado Tadeu Veneri não podendo aqui estar, o Deputado Padre Paulo, também, falo, portanto, lamentando que tenhamos num Governo pessoas dessa estirpe. Por que é engraçado como concordam com tudo que o Senhor faz e, na pequena discordância de método atacam Deputados. Mas, como o mandato do Governador deve ser tão íntegro e mantido, quanto o mandato de cada um dos Deputados, estou aqui para dizer enquanto Deputado: Que não renunciarei o meu mandato para fazer parte da Base do Governo, desse ou de qualquer outro. O exercício pleno do mandato faz parte do juramento feito nesta Casa e não será um serviçal, que me moverá das minhas opiniões e convicções. Sem demérito para um bom debate, sem demérito para a discordância e é do Parlamento.

Mas, infelizmente, ele não tem mandato, não pode aqui estar para podermos dialogar quanto às acusações levianas que fez a três Deputados do meu Partido.

Nós continuaremos a exercer o nosso mandato.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri.

#### O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante a semana que passou ouvi alguns comentários feitos e acredito que não é nem o caso de repercuti-los, até porque me parece que o tempo de fazer isso já aconteceu. Mas dois assuntos me trazem a esta tribuna. Um deles, e quero muito rapidamente comentá-lo, diz respeito a uma crítica feita pelo Governador Roberto Requião a quem respeito. Tenho dito Deputado Rafael Greca, várias vezes tem tomado atitudes corretas em enfrentamentos que têm repercussão nacional e concordo com elas, mas que também tem feito críticas, que no meu entendimento, se não são infundadas, são feitas muitas vezes no fórum errado, no momento errado, para pessoa errada. E foi uma surpresa ver no Jornal Estado do Paraná uma crítica que me parece que foi hoje novamente feita durante a manhã na reunião com os Secretários, onde o Governador, primeiro diz que todos os Deputados têm que ter apoio crítico. O que é uma coisa óbvia. Todos os Deputados têm apoio crítico. E nem poderia ser diferente.

Mas diz também, e aí é uma coisa que me preocupa, porque ele cita diretamente, - diz também que gostaria de saber quanto ganha um Deputado Estadual. Que me parece que é uma coisa bastante óbvia desde o

primeiro dia que estamos aqui. 9.450,00. Surpreende-me que o Governador do Estado não saiba. Depois de quase dois anos o Governador não sabe quanto ganha um Deputado Estadual. O que é preocupante. Porque se nós que temos a obrigação pública de colocarmos os nossos salários públicos, o Governador não saber é preocupante - “Quanto eles têm de verba para pagar o pessoal”, trinta mil e nove, que também é público. Os Sr. Deputados têm feito as suas prestações de contas. A Comissão de Tomada de Contas não tem nenhuma das contas dos Srs. Deputados acusadas.

Então, também me chama atenção que o Governador não saiba disso.

Pergunta ainda como é que eles prestam contas particularmente, o Deputado Tadeu Veneri e o Padre Paulo prestam contas das verbas de ressarcimento 27.500,00. E aí eu, pessoalmente, quero responder ao Sr. Governador a quem respeito, mas que acho que está equivocado. Primeiro, porque ele tem tanta curiosidade, poderia ligar diretamente como já fez tantas outras vezes, eu mandaria o próprio contra cheque para lá, ou talvez o Jornal que a gente publica e onde as nossas verbas de ressarcimento estão colocadas a cada dois meses.

Isso não é segredo para ninguém. Nós não temos nada a esconder. Mais ainda, se o Governador que diz aqui que é um “anjo de doce”, não estava num momento “tão anjo ou tão doce”, infelizmente não somos nós que vamos resolver esse problema. Dizer que o Deputado Padre Paulo poderia construir uma Igreja a cada mês com esse dinheiro, acho que é tentar fazer uma intromissão onde não é devida, porque nós jamais levantamos aqui qualquer suspeita, nem poderia ser diferente, até porque acreditamos no Governador. E hoje mesmo o Governador colocou de uma forma que acho muito positiva que as contas do Estado, até os sabonetes estão na internet, o que é positivo, assim como a Assembléia, o Presidente da Assembléia também coloca isto, que as contas da Assembléia, obrigatoriamente, têm que estar na internet. Aliás, acho que deveríamos avançar, para que as contas dos Deputados também estivessem na internet. Mas, eu nunca perguntei quem paga a ração quem paga a alfafa, quem paga os guardas, porque acho que não é assunto que me diga respeito. Para isso existe o Tribunal de Contas, existem entidades que são bastante capacitadas para fazer isto.

Por último, acho que quando o Governador tiver dúvidas, ele pode perfeitamente procurar, inclusive, alguns Deputados que estão licenciados, trabalhando para o Governo, como Secretários, e que podem lhe prestar informações, porque têm todos estes dados e até porque também recebem isto.

O assunto que eu gostaria de debater, hoje, e não vai ser possível, mas peço inscrição para amanhã, nos 30 minutos, é a princípio uma notícia que me deixa muito preocupado, não da falência, porque não é falência, mas da situação que o Banco Santos enfrenta e que nós, há um ano atrás já alertávamos, de que a Fundação COPEL não

poderia ter recursos no Banco Santos, naquela transferência feita, e que eu espero, para que não haja prejuízo para os funcionários da COPEL, que a Fundação COPEL tenha retirado todos os seus recursos do Banco Santos. Todos os seus recursos! Porque na ocasião eu fui um dos que alertei de que o Banco Santos, assim como o Banco Panamericano, não era um banco para receber trezentos, quinhentos, setecentos milhões de reais. Se recebeu e se foi retirado, mesmo depois da Fundação ter comprado debêntures de empresas concessionárias de pedágio entre elas uma que é a Triunfo, que nós sabemos, é problema que acho que a Fundação COPEL resolveu. Só espero que não tenha ficado nenhum centavo, porque se ficou, nós corremos o sério risco, Srs. Deputados, de ver os funcionários da COPEL, depois de anos tendo pago regularmente sua contribuição para a Fundação, correr o risco de ficar sem este recurso, porque hoje quem tem dinheiro no Banco Santos, se correntista pode retirar 20 mil; se não correntista, aplicador de fundos, não tem seguro, até que as coisas sejam resolvidas, têm seu dinheiro retido.

Então, espero que a Fundação COPEL não tenha dinheiro no Banco Santos, porque se tiver, francamente, um ano depois de ter sido alertada, eu não sei qual o termo que podemos usar.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna, na tarde de hoje, para deixar um registro da minha posição em relação a este projeto que está sendo votado em 2ª Discussão na tarde de hoje, nesta Assembléia Legislativa.

Falo aqui em relação ao aumento dos salários dos Secretários de Estado do Governo Roberto Requião. Não é por questão de demagogia, mas sim por uma postura de coerência, em relação ao mandato que nós estamos honrando nesta Casa de Leis. Não me preocupo com a presença de pessoas que estão nesta Casa, na tarde de hoje, mas se estivesse vazia esta Sessão, minha posição seria a mesma.

Digo isto com total tranquilidade de quem tem votado na maioria das vezes a favor do Governo na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque temos uma postura independente e temos acima de tudo que ter claro o que está sendo votado, para que no futuro não sejamos cobrados, acima de tudo pela nossa posição, adotada nesta Casa de Leis.

Quem sai às ruas, quem vai ao supermercado, quem convive com a população e que não está investido de imunidade Parlamentar, mesmo tendo um salário excelente, em comparação ao da nossa população, não pode votar um reajuste de mais de 100% para os Secretários de Estado do Paraná. Não é uma questão

ideológica, nem demagógica, mas acima de tudo de quem tem os pés no chão, de quem respeita o nosso povo. Tenho acima de tudo um comportamento de lealdade ao Governador Roberto Requião, com o qual estávamos agora pela manhã na sala do Presidente Hermas Brandão, respeitamos o Governador pela sua história, pelo seu passado, respeito aqui a atitude do Deputado Antonio Anibelli, que é considerado um Deputado dos mais experientes desta Casa de Leis, mas que permita, Deputado, votar contrário a este projeto de reajuste dos Secretários de Estado.

Agora o Governo Lula, que deu vinte reais de aumento para a maioria da população brasileira com o salário mínimo deste ano, já estuda esse novo reajuste, e vai dar, segundo a imprensa nacional vem colocando, 10% de reajuste. Será que nós teremos condições de olhar nos olhos das nossas esposas, dos nossos filhos, daqueles que convivem conosco no dia-a-dia, aumentando o salário para doze mil reais dos Secretários de Estado? Com certeza isso não é possível. Para mantermos aqui a nossa coerência desta casa, que deu um cheque em branco para o Governo poder remanejar as verbas orçamentárias além do que era pressuposto pela lei anterior, com a consciência tranqüila que esta Casa deu também os poderes plenos para que o Governo do Estado desvinculasse os investimentos da saúde com investimentos de saneamento básico. Nós não podemos deixar passar nesta Casa este reajuste, que pode ser legal, mas é imoral sob o ponto de vista da população do nosso Estado do Paraná.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, estou me posicionando de forma contrária a este salário que está sendo proposto em 2ª discussão na tarde de hoje. E só lembrando, já para finalizar Sr. Presidente, que o salário de um Ministro do Governo Federal está na casa de oito mil reais, e um salário de Estado está aí indo para os doze mil reais.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Barbosa Neto, esse projeto tramitou já na semana passada, discutiu a majoração dos vencimentos dos Secretários de Estado. Nós temos perto de vinte e cinco Secretários se eu não me engano, deve ser esse o número, vinte e cinco servidores que prestam serviço público ao Estado do Paraná, recebendo hoje perto de quatro mil e poucos reais. Eu vejo que V. Exa. tem uma visão crítica a respeito desse aumento dos vencimentos dos Secretários em relação ao fundo do argumento que deveria ser concedido reajuste para todos os funcionários públicos do Estado do Paraná.

O meu companheiro de Partido, Deputado André Vargas, veio também pela tribuna da Casa, expor uma visão crítica a esse reajuste. Gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa.: V. Exa. acha que é correto e é justo um Secretário de Estado, com a responsabilidade que tem como Secretário de Saúde, ou de qualquer pasta, receber

quatro mil e quinhentos reais, o senhor acha que está correto?

#### O SR. BARBOSA NETO

Eu não acho correto deputado é que um trabalhador brasileiro, de sol a sol, estar aí recebendo do seu partido, do Presidente Lula, aumento de vinte reais e não acho correto que no próximo reajuste, segunda a imprensa nacional, os trabalhadores brasileiros receberão 10% de reajuste salarial.

Em nome do trabalhismo do meu partido; em nome de Leonel de Moura Brizola que sempre respeitou os trabalhadores brasileiros.

Em nome de Getúlio Vargas que concedeu um reajuste de 100%, quando João Goulart era Ministro do Trabalho. E sugerir um reajuste nesse teor não podemos extrapolar aquilo que hoje estamos vivendo.

Posso acreditar que seja pouco esses quatro mil e quinhentos reais, mas não acho moral. Enquanto o Presidente Lula prometeu que iria dar 10 milhões de empregos e não está fazendo a sua parte, nem proporcionalmente aos dois anos de governo. Não é justo e nem moral em relação ao povo brasileiro, e principalmente, entre os servidores públicos dos nosso Estado. Temos aí, servidores da saúde que não receberam o reajuste devido. Temos os policiais civis e militares que não tiveram esse reajuste, bem como a maioria dos servidores públicos paranaenses não tiveram essa benesse.

Durante a tarde hoje os Deputados da Oposição, do Bloco Independente, até aqueles que dão sustentação ao Governo nesta Casa, teremos sim a condição de debatermos com maior profundidade essa questão.

Todos os deputados receberam o e-mail da Srta. Maitê Brepohl Cruz, onde diz: “Sou a favor do reajuste salarial de todos os brasileiros. Não acho que sejam justos, na maioria dos casos, são menores do que o ideal. No entanto, em nenhum setor da área privada e nem os servidores públicos têm reajustes do montante proposto para V. Sas. Acho um absurdo a remuneração dos senhores passar de 5,9 mil para 11,9 mil. Sou a favor do reajuste, mas que tal de 5,9 mil para 8 mil, já seria algo muito superior ao da maioria absoluta da população e acho que é muito mais justo.

O que os senhores acham?

Maitê Brepohl Cruz.”

Assina colocando aqui uma confusão nisso tudo, porque a população paranaense acredita que esse reajuste salarial que estamos votando é para o aumento dos Deputados Estaduais. Estamos sendo colocados nessa vala comum. Não aceitaria votar um reajuste salarial em benefício de nós mesmos, Parlamentares.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Durval Amaral.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Tadeu Veneri, porque desde o ano passado, ele já questionava as possíveis aplicações de instituições não-oficiais tanto da COPEL quanto da Fundação COPEL.

É pública e notória a intervenção do Banco Central no Banco Santos. Hoje a “Folha de São Paulo”, através da colunista Mônica Bergmann traz a seguinte nota: “O Governador Roberto Requião deu ordens, no começo do mês, para que fundações ligadas às empresas do Paraná, retirassem do Banco Santos as aplicações que tinham. Tudo por causa dos boatos de que a instituição não andava bem das pernas. Foi obedecida em parte, as fundações acabaram tendo um bom pedaço de seus recursos bloqueados. No total seriam 90 milhões bloqueados. Mas Paulo Pimentel, Presidente da COPEL, diz que só hoje poderá dizer o valor dos recursos que estavam aplicados no banco”.

Com toda a certeza a Oposição já questionava isso também como o Deputado Tadeu Veneri questionou no ano passado

Nós questionávamos no ano passado, Deputado Valdir Rossoni, logo após a ascensão do atual Governo, por que é que instituições financeiras não oficiais haviam recebido pesadas aplicações financeiras, inclusive, relacionávamos, naquela oportunidade, o Banco Santos, o próprio Bradesco, enfim, outras instituições bancárias.

É inaceitável que essas aplicações tenham sido feitas, primeiro porque foi denunciado pela Oposição e pelo Deputado Tadeu Veneri; em segundo lugar, é inaceitável que essas aplicações tenham sido feitas em um banco que sequer é de primeira linha, Sr. Presidente, um Banco sem expressão nacional. O que leva Diretores de empresas públicas a aplicarem vultosas quantias em Bancos de segunda linha?

Nós, como fiscais da população paranaense, não podemos aceitar, em hipótese alguma, porque me parece que só o interesse pessoal possa fazer com que Diretores possam tirar recursos e aplicações de Bancos oficiais transferindo-os para Bancos de segunda linha. É inaceitável que isso ocorra a qualquer tempo, mas é mais inaceitável ainda em um Governo que se propõe, como é o caso do Governador Roberto Requião, a ser transparente e que não aceita transferência de recursos públicos para iniciativa privada e, menos ainda, aceita, como aqui está inclusive na coluna da jornalista Mônica, que esses recursos da população paranaense tenham sido indevidamente aplicados.

Eu entendo que cabe à responsabilidade civil e criminal desses Diretores que determinaram essa aplicação. Não posso aceitar porque no passado se tripudiou tanto sobre a imagem de pessoas que dirigiam aquela instituição por recursos infinitamente inferiores a esses que foram transferidos à Fundação COPEL ou da COPEL para o Banco Santos; da Fundação SANEPAR ou da SANPEAR para o Banco Santos.

Nós estamos entrando com os pedidos de informação, essa é a praxe da Oposição para saber qual é o valor efetivamente que houve de lesão ao erário público, porque dinheiro da COPEL é dinheiro do povo do Paraná que é o controlador daquela instituição. Estamos pedindo para o que o Governador determine e informe a esta Casa quanto que a COPEL perdeu nessa operação; quanto que a Fundação SANEPAR perdeu nessa operação; se existe na administração direta ou na administração indireta outras aplicações no Banco Santos ou em Bancos de segunda linha ou em Bancos não oficiais.

Nós não podemos aceitar, em hipótese alguma, acho que o Deputado Tadeu Veneri alertava isso já desde os primeiros meses do ano passado, a Oposição também, e nós não podemos, simplesmente, dizer que isso é resultado de uma operação do Banco Central que entrevistou no Banco Santos. A própria Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, presidida pelo Deputado Neivo, havia, inclusive, solicitado informações sobre essas aplicações financeiras.

Então, fica aqui o nosso alerta, a nossa cobrança e esperamos, efetivamente, Sr. Presidente, que os Diretores que determinaram essas aplicações sejam sumariamente exonerados, mas mais do que isso, que eles sejam civilmente e criminalmente responsabilizados porque, como gestores do dinheiro público, têm que ter as cautelas mínimas e todos nós sabemos que os Bancos oficiais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica, enfim, os Bancos de primeira linha, podem ter uma rentabilidade menor, mas dão a segurança necessária para o vulto dessas aplicações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, por ordem de inscrição, com a palavra o Sr. Deputado Ademar Traiano.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na mesma linha de pensamento do Deputado Durval, uso da tribuna também para fazer algumas considerações com relação ao assunto em pauta e tão palpitante nesse momento. O Brasil inteiro teve a oportunidade de presenciar pela mídia as notícias da intervenção do Banco Central ao Banco Santos.

E, para a nossa surpresa, percebe-se que o Governo do Paraná não tem a lisura que tanto pregaram aos quatro cantos nesse Estado. Não teve o cuidado necessário de zelar pelo nosso dinheiro público fazendo aplicações em Bancos que na verdade deixam muito a desejar no cenário econômico nacional.

Quero crer que o Governador Requião, que tanto fala em lisura neste Estado, deveria ter a cautela, o cuidado e o zelo e não permitir que empresas ligadas ao Governo pudessem fazer aplicações ou investimentos em Bancos dessa natureza; até porque quem perde não é apenas o erário público, mas quem perde é a população para-

naense que deixa de ter benefícios diretos e indiretos em investimentos que pudessem acontecer no curso desse Governo.

Portanto, como Líder do PSDB nesta Casa, tenho que fazer também esta manifestação de preocupação com relação a essa situação adversa ao Estado do Paraná que realmente deixa a população paranaense e as empresas do Governo à mercê de uma situação crítica e lamentável porque se sofrer intervenção como sofreu o Banco Santos, recursos importantes do Estado estão comprometidos.

Mas, quero também nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, fazer aqui e reafirmar a nossa manifestação de contrariedade ao aumento dos senhores Secretários de Estado proposto por Parlamentares desta Casa. Com o devido respeito com aquiescência do Governo do Paraná, do Governador, já manifestamos na Sessão passada, como Líder do PSDB, a nossa contrariedade.

Mais uma vez venho à tribuna para dizer que não concordamos com este reajuste neste momento. Somente estaríamos aqui dando o nosso aval se casado com isso viesse o reajuste aos demais funcionários públicos do Estado.

É oportuno fazermos esse registro, Sr. Presidente, até porque há uma interpretação dúbia com relação a esse aumento dos Secretários de Estado proposto aqui por Deputados e pelo Governo do Estado.

Recebi em meus e-mails manifestações de cidadãos do Paraná criticando o Deputado porque se estava dando um aumento como um alto benefício aos seus vencimentos.

A leitura lá fora, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, não é de que esse reajuste é para os Secretários de Estado. A leitura do cidadão é que esse vencimento de 100% é um benefício aos Srs. Deputados Estaduais. O que não é verdade.

A maioria dos Deputados, principalmente os da Oposição, aqui se colocaram contrários a este aumento e é importante que façamos aqui nesta tarde esta manifestação para que a imprensa noticie de uma forma verdadeira a quem está chegando o benefício desse aumento de 100% aos Srs. Secretários de Estado, que consideramos nesse momento quando se fala em economia no Estado, uma verdadeira vergonha.

Quero somar-me também aqui neste momento e dar a minha solidariedade aos Deputados André Vargas, Tadeu Veneri e ao Padre Paulo também e porque não o Deputado Anibelli, que estão injustiçados neste momento pelo governo do Estado, sofrendo críticas, que na verdade não mereciam. Quero me solidarizar aos Deputados pela postura crítica, responsável, consciente e madura, de que, exerce um mandato de Deputado Estadual, com equilíbrio, decência, de cabeça erguida, defendendo com muita honradez e com muita nitidez a postura como Parlamentar nesta Casa.

Ouvi uma entrevista do Deputado Tadeu Veneri, na CBN, nesta semana e fiquei surpreso - aliás tem sido esta



a postura do Deputado Tadeu Veneri, nesta Casa, de crítica em um momento em que entender que as propostas do Governo não lhe servem. Eu gostaria que o PT como um todo tivesse essa postura, porque esta sempre foi a sua postura em nível nacional. Aqui, na Casa, lamentavelmente, percebo que há uma certa vergonha do PT, como Partido, porque isoladamente alguns Parlamentares continuam tendo esta postura clara, com relação a determinadas ações do governo e curvam-se a tudo aquilo que o Governo do Paraná, que o Governador Roberto Requião encaminha a esta Casa.

Portanto, a nossa solidariedade aos Deputados André Vargas, ao Padre Paulo e ao Tadeu, pela postura clara, séria, decente e pela clareza com que defendem as suas idéias neste Parlamento.

Muito obrigado a todos.

O SR. RAFAEL GRECA

Pela ordem, Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, há alguns anos atrás V. Exa. nos encaminhou um anteprojeto de regimento interno da Assembléia. Como eu estou sendo convidado pelo Governador do Estado, para participar da premiação da COPEL junto à Bolsa de Nova Iorque, eu queria pedir o obséquio da Mesa para aceitar as minhas emendas, algumas aditivas, outras supressivas, 25 modificadoras - ao todo são 26 emendas, que quero apresentar ao novo regimento e queria que V. Exa. acolhesse já na Mesa ficando como depositário delas, para colocá-las em votação no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. poderá encaminhá-las à Mesa, apesar do projeto ainda não estar em votação. Como o Sr. vai acompanhar o Governador na viagem a Nova Iorque, V. Exa. poderá encaminhá-las à Mesa, para que sejam protocoladas.

O Pequeno Expediente de hoje está reservado à Associação dos Advogados do Poder Executivo do Estado do Paraná. Vai usar a palavra em nome da associação, o Dr. José Lagana, que terá vinte minutos, em uma solicitação dos Deputados Durval Amaral e Barbosa Neto, cujo requerimento foi aprovado no dia 10 de novembro.

O SR. JOSÉ LAGANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados representantes do povo do Estado do Paraná, meu ilustre Presidente Dr. Marcos Istan, prezados colegas que ocupam parte das galerias desta Casa, senhoras e senhores:

Fui incumbido pela minha associação para falar em nome da Associação dos Advogados do Poder Executivo do Estado do Paraná, em face de um projeto de lei que tramita nesta Casa, originário senão me falha a memória da Mensagem nº 373/2004. Esta proposta visa colocar a carreira de advogados em extinção, transfere

para a Procuradoria-Geral do Estado todas as vagas existentes.

Gostaria, se me permitem os ilustres Deputados, de chamar a atenção para um fato interessante: a carreira de advogado é constituída em cinco classes; a última delas e a inicial é a quinta classe, aí ele é promovido para a quarta classe, depois para a terceira, segunda e finalmente para a primeira, onde ele recebe a recompensa pelo efetivo e bom prestativo trabalho prestado à sociedade dentro do serviço público.

A mensagem do Sr. Governador solapa, retira, pune os advogados na medida em que além das vagas da 5ª classe, que só seriam preenchidas por concurso público, leva também as da 4ª, da 3ª, da 2ª e as vagas existentes na 1ª de forma a obstar a promoção dos advogados para as classes conseqüentes. E alguém disse aqui aos Srs. Deputados que os advogados não teriam direito à promoção. Tenho certeza que não foi advogado quem disse isso, porque se foi, *data venia*, o colega terá que rasgar o seu diploma, porque o direito à promoção não decorre de uma decisão judicial. A decisão judicial que os advogados buscaram foi para determinar ao Executivo que promovesse os advogados e a Justiça disse, com todas as letras e de forma bem clara, que não cabe ao Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo, por ingerência administrativa, que faça a promoção dos advogados. Cabe ao Poder Judiciário tão somente reconhecer o direito à promoção.

E não poderia ser diferente! V. Exas., quando Deputados constituintes nesta Casa, inseriram na Constituição do Estado do Paraná, se não me falha a memória no artigo 34, XX, que todos os servidores públicos têm direito à promoção. E seriam, por acaso, esses advogados funcionários fora da classificação de servidores públicos, ser servidor público é o gênero estabelecido pela Constituição da República para identificar todos os que servem à sociedade?

Também ouvimos dizer que muitos desses advogados não tinham a dedicação de zelo ao serviço público ou usando um adjetivo chulo, eram vagabundos. Meus ilustres Deputados que representam o povo do Paraná, sobre os ombros dos quais pesa o ônus da fiscalização tanto do Poder Executivo como do Poder Judiciário, em nome do povo do Paraná eu lhes faço um convite para que visitem o sistema penitenciário do Estado do Paraná. Os advogados são pegos por um ônibus do sistema penitenciário aqui na cidade, são levados para as penitenciárias, lá permanecem o dia todo prestando serviços à sociedade, atendendo de quarenta e cinco e sessenta presos por dia, o que significa impossibilidade de um levante, dado o sucesso do trabalho desses advogados.

Mas, não fiquemos somente aqui, não. Vamos na Defensoria Pública, onde os carentes são atendidos, e lá não encontrarão V. Exas. nenhum outro que não seja advogado ou funcionário em disfunção com cargos de advogado, prestando serviços jurídicos a toda a sociedade, que tem direito a essa jurisdição. E vejam os

senhores que nas Varas Cíveis funciona um Defensor Público para atender quatro Varas Cíveis.

Vão à Justiça Criminal! Vão ao Juizado da Infância e da Juventude! Em qualquer lugar que forem, os Srs. Deputados vão encontrar um advogado prestando serviço ao Estado do Paraná. Mas se efetivamente existe um vagabundo, um que seja, que a seja a “maçã podre” dentro da classe, eu não o responsabilizo, porque não sou o administrador dele e chamo a atenção pela desídia do administrador que não pune o funcionário omissor. É a esse que temos que responsabilizar, é a esse que temos que atribuir a responsabilidade da existência de funcionário dentro de um órgão e que não presta o seu justo e devido trabalho à sociedade. Não podem culpar os advogados por isso!

Mas Exas. eu gostaria de pedir que olhassem para mim e para meus colegas que estão aqui e ver-se-á que estão todos emurchecidos pelo tempo, que estão alquebrados pelo serviço prestado. Têm o direito constitucional à promoção. E o que é que buscam esses advogados?

Não estão aqui pedindo aumento de salário e nem pedindo para os senhores apresentarem um projeto de aumento salarial para eles, como fizeram com os Secretários de Estado, não estamos aqui estendendo faixas pedindo 100% de reajustes, estamos pedindo apenas e tão-somente, meus caros Deputados, que mantenham a conquista de 15, 20 anos de luta, mantenham o que nós conquistamos dentro desta Casa com o beneplácito saudoso e bem lembrado Anibal Khury, que foi um dos pais da nossa carreira; do nosso antigo Relator da Assembléia Constituinte, hoje Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana; dos Deputados que estavam naquela época na Assembléia Estadual Constituinte; e acho que, se bem me lembro, o nobre Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão; Neivo Beraldin; desculpem-me eu não tenho uma grande memória para nominar todos, mas se fizeram presentes e aprovaram o artigo 56 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná que imediatamente impôs uma reação no Executivo, representando uma ADIN no Supremo Tribunal Federal. E o que é que o Supremo disse? Que o dispositivo constitucional inserido na Carta Constitucional do Estado do Paraná, pela Assembléia Estadual Constituinte, era constitucional, sim.

Daí, veio a Lei 9422. E os senhores aqui nesta Casa, os Deputados de então, de 1990, aprovaram e nos deram dignidade em uma carreira, cuja luta foi extremamente árdua. Depois veio a 9525, de 1991, e nela nos deram o direito de perceber remuneração exatamente igual ao do Procurador de Estado.

No entanto, hoje, quando queremos apenas preservar o que temos ao longo desses anos, os nossos colegas, representados pelo Chefe daquela instituição, são contemplados por mil e vinte e oito reais, mensalmente, na sua remuneração e ainda querem tirar as nossas vagas que nos dão direito à promoção.

Tenho que apelar a V. Exas. Muitas vezes sou inconveniente, muitas vezes falo demais, tenho o grave defeito de ter esse vozeirão e falar alto, mas de uma coisa eu tenho certeza nesses meus sessenta anos de vida: tenho pautado a minha vida pela honradez e pela verdade. Testemunha disso está aqui neste plenário, o Deputado Hermes Fonseca Filho, que começou a sua carreira política assinando uma ficha de adesão partidária pelas minhas mãos, que foi Prefeito com o meu apoio. E que hoje, mercê de Deus e do trabalho dele, é Deputado desta Casa, honrando e dignificando a minha cidade de Cornélio Procopio. Ele me conhece, como tantos outros desta Casa me conhecem, de longa data, e sabem que eu posso ser inconveniente em uma roda, mas jamais serei ofensivo ou faltarei com a verdade. E é nessa verdade, sob a inspiração de Deus e da justiça, que eu venho fazer esse apelo aos senhores: não nos dêem mais do que já temos, mantenham o que nós temos.

Não somos contra o Governador. É política de governo extinguir a carreira de advogado? Tudo bem, extinga a carreira. O Governador sabe o que faz, está na mão dele a administração do Estado, mas respeite o nosso direito, é só o que pedimos aos senhores: respeito à nossa dignidade e respeito aos senhores mesmos, porque o que temos, nós conseguimos nesta Casa; não virem as costas para os colegas que os antecederam nesta casa, que nos estenderam as mãos e que fizeram justiça.

Gostaria que esse assunto fosse melhor discutido. Parece-me que há, recebi uma notícia hoje, um pedido de urgência para a sua apreciação, não me parece que é caso de vida ou morte; que é caso de guerra e paz; que é caso de força maior; é um problema de carreira, não há tanta urgência.

Era esse apelo que eu queria fazer aos senhores: que não atendessem o meu pedido, como eu disse, muitas vezes eu sou inconveniente, mas que atendam esses colegas emurchecidos pelo tempo, que têm dedicado as suas vidas ao Estado do Paraná. Vão lá no DER, na Televisão Paraná, no Teatro Guaíra, Secretaria da Saúde, Casa Civil, Secretaria da Administração, na própria Procuradoria Geral do Estado tem doze advogados da nossa carreira trabalhando lá. É isso que eu apelo para os senhores, para o vosso bom senso, para o senso de justiça, manter o que temos, nada mais. Se forem apresentar algum substitutivo, nos abram as portas para dialogarmos. Esse é o espírito democrático. Não fechamos as portas à negociação com ninguém, estamos abertos a conversar com quem for necessário, com toda humildade que nós temos, sem pretender impor a nossa vontade, mas para mostrar o que está sendo tirado de nós e nós lutamos para que não aconteça.

É este o apelo que fazemos a esta Casa.

**O Sr. Rafael Greca**

S. Exa. permite um aparte, por favor?

**O SR. JOSÉ LAGANA**

Honra maior de ser apartado por tão brilhante Deputado não pode existir. Já é uma honra estar aqui e ainda ser apartado por um Deputado, confesso que é a glória. Concedo, claro.

### O Sr. Rafael Greca

Sr. Presidente da Associação dos Advogados, o argumento mais forte do Procurador Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, é um acórdão impugnado por recurso ordinário interposto ao Superior Tribunal de Justiça. No referido acórdão, que foi entregue a todos os Srs. Deputados, a Quinta Turma do STJ negou provimento ao recurso, sendo enfática no sentido de que o julgado não impugnado não merece censura, não podendo o Judiciário sobrepor-se a administração no sentido de obrigá-la a efetivar tais promoções, principalmente por meio de ação mandamental. Mas o acórdão foi mais longe, valendo-se das ponderações do julgado no TJ do Paraná, afirmando - deste modo, partindo-se do axioma estabelecido pela ciência da administração, de que o interesse público sobreleva ao interesse individual, concluímos que o Poder Público tem a faculdade de alterar por lei o regime jurídico das promoções, deixando de promover e dilatando até indefinidamente o provimento, alterando os requisitos e o processo do promovido, depois de surgida a vaga, e finalmente até suprimindo o cargo de acesso depois de vago.

Como se vê o Procurador Geral argumenta que vocês perderam na justiça. Que a categoria tentou isto e perdeu na justiça e que ele não estaria fazendo nada mais do que ele diz do que atender o pedido, o Governador estaria pedindo à Assembléia para atender aquilo que o Poder Judiciário já deliberou.

O que V. Exa. teria a dizer sobre esta argumentação para o Plenário da Assembléia? Veja, não me move nenhuma intenção de contestar o justo direito dos advogados. Mas, é muito importante que este argumento que é o mais forte de todos do Sr. Procurador, seja vencido.

### O SR. JOSÉ LAGANA

Eu esclareço V. Exa., se me permite usar este termo esclarecer, tão grande sapiência que o Parlamentar possui, para dizer o seguinte - V. Exa. foi Prefeito e como Prefeito foi administrador do Poder Executivo. Em momento algum pode o Poder Judiciário determinar a V. Exa. algum tipo de providência, com influência no orçamento, sem que fosse respeitado o poder do Chefe do Poder Executivo. Na questão das promoções o que diz a justiça é exatamente isto - o Governador pode sim acabar com o princípios da promoção - só que para fazer isto no Estado do Paraná primeiro precisa revogar o inciso 20 do artigo 34 que assegura a todos os funcionários a promoção. O que a justiça diz? O acórdão recorrido do Tribunal de Justiça diz, textualmente, que não compete ao Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo que se proceda a promoção, mas reconhece, o acórdão recorrido,

o direito à promoção - não em um mandato de segurança, mas em dois.

Vejam que o instituto do mandato de segurança, utilizado duas vezes de forma subsequente e com lapso de tempo temporal considerável, o foi no sentido de colocar no Governador a consciência de que não tendo dado nenhuma reposição salarial ao funcionário público há dez anos, de não ter dado nenhum aumento a esta carreira há dez anos, que pelo menos fizesse a promoção incerta na carreira 9424; no Estatuto Lei 6174 e no inciso 20 do artigo 34 da Constituição Estadual. Não logramos êxito junto ao Poder Executivo no sentido de sensibilizá-lo para isso, o que absolutamente, nobre Deputado, não retira o advogado e nem de nenhum outro servidor público o direito à promoção. Tanto é verdade que se folhearmos o Diário Oficial do Estado do Paraná lá veremos, constantemente, promoção de delegado de Polícia, promoção para promotor de Justiça, promoção para procurador do Estado entre outras carreiras. Por quê? Porque estas promoções ocorrem em cima da vontade do momento do administrador público. E é isso que a Justiça diz: "Não podemos determinar ao Poder Executivo o cumprimento de uma ordem que determine: Conceda-se a promoção". Não, nós reconhecemos o direito da promoção, o momento, a hora, a oportunidade de fazer esta promoção compete ao Poder Executivo e eu lhes pergunto: Não existindo as vagas existirá o momento, existirá a hora? Não! Eu peço que preservem as vagas e aguardem este momento, é isto que nós pedimos!

### O SR. RAFAEL GRECA

Como o Sr. argumentaria em relação ao argumento o Procurador Geral que diz que está esgotada a possibilidade de fazer isso.

### O SR. JOSÉ LAGANA

Eu responderia dizendo que eu aguardo o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal para ver se o entendimento se limita apenas reconhecer o direito à promoção sem que haja, o Poder Judiciário a determinação para que esta promoção se concretize ou não. Porque este julgado do Superior Tribunal de Justiça está com recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, portanto não é coisa julgada.

### O SR. ANDRÉ VARGAS

A minha questão era exatamente esta porque a pergunta, numa reunião da base aliada, o Deputado Greca, Deputado José Maria, coordenada pelo Deputado Stica, a questão colocada foi a seguinte: Com a extinção das vagas fica praticamente impossível a ascensão e promoção, sepultada a possibilidade. Com este argumento nós perguntamos ao procurador se isso não era verdadeiro, ele disse: "Olha, esta possibilidade foi sepultada na decisão do STJ". A pergunta subsequente de vários Deputados foi: "Houve recursos ao Supremo?"

O Procurador nos disse que não havia recursos ao Supremo. Então nossa pergunta é: “Há um recurso no Supremo, está em discussão jurídica, no Supremo, tal questão?” Esse é ponto em relação a este projeto, no meu entendimento.

#### O SR. JOSÉ LAGANA

Eu tenho aqui a cópia do recurso protocolado para o Supremo Tribunal Federal, no dia 4 de novembro de 2004, subscrito pelo Dr. Romeu Felipe Bacelar Filho, advogado inscrito na OAB sob número 16.601, portanto não está transitado e julgado. Acredito que a assessoria do Sr. Procurador não o informou adequadamente.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente, muito obrigado por me ouvirem Srs. Deputados, espero que Deus os ilumine e vejam que estamos pedindo apenas e tão somente manter o que temos, nada mais do que isso!

Apelamos a vossa consciência, com justiça, muito obrigado a todos.

#### O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de agradecer aqui a presença do Dr. Lagana, eu que fui autor da proposição a esta Mesa Executiva para que ele viesse abrilhantar nossa Sessão na data de hoje e abrir principalmente a cabeça daqueles que tinham qualquer tipo de dúvida em relação à extinção deste cargo, tão importante.

Muito obrigado pela deferência, Sr. Presidente.

#### O SR. JOSÉ LAGANA

Sr. Presidente, era o primeiro item da minha pauta para falar e eu me adiantei e não agradei esta gentileza do nobre Deputado, o nosso agradecimento ao nobre Deputado que foi sensível ao nosso pedido.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni no horário do PSDB.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Estou na tribuna hoje para fazer um agradecimento a todas as pessoas que se manifestaram e que sentiram com o ocorrido com a minha indústria. Quero agradecer a todos, e faço aqui da tribuna, porque certamente não terei condições de retornar a todos os telefones, os e-mails, os telegramas, enfim a solidariedade de todos os meus companheiros em especial os Deputados, a imprensa e muitas pessoas que fazem política comigo no Estado do Paraná. Fico agradecido pela solidariedade, agradeço à imprensa por ter dado a cobertura a esse fato que nos entristeceu e nos ausentou dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

E digo aos Senhores: estava ali sentado procurando resolver dentro de mim mesmo qual seria a minha atitude no dia de hoje, porque já me faz falta o uso da tribuna

para exercer o meu papel de Deputado de Oposição. Então venho à tribuna para agradecer a todos os paranaenses, a todas as pessoas que se solidarizaram comigo, com a minha família e com os meus funcionários.

Quero dizer aos senhores de que há algumas coisas a lamentar e há um aprendizado também muito grande desse episódio. Lamentar os 280 funcionários numa cidade de 15 mil habitantes, alguns deles colocaram a primeira pedra na empresa há 22 anos atrás, eu ainda moleque, comecei essa caminhada. Vou reconstruir aquela indústria, e afirmei aos meus funcionários, o mais breve possível, para vê-los trabalhando dentro da minha empresa. Certamente não será uma indústria como era. Não será. Porque esta que foi destruída pelo fogo, foi construída pedra por pedra, ano após ano. Todo ano ela deu um avanço e agora que estava sólida, tinha clientes no mundo inteiro, uma empresa que tinha e tenho ainda orgulho do seu nome está lá para ser reconstruída e será reconstruída nos próximos 6 meses, pelos levantamentos que fizemos levará 6 meses para reconstruir.

Mas, vamos sim reconstruir em respeito aos nossos funcionários. Manifestações que recebemos da população do Município de Bituruna e da população da região. Uma das manifestações que deixaram a gente mais...não sei se é isso, gratificante..., um dos funcionários no momento em que estávamos reunidos na frente dos escombros da empresa todos eles já sabiam qual era o motivo pelo qual fazíamos aquela reunião, um dos funcionários chegou e disse: “Rossoni, eu gostaria de dizer ao senhor o seguinte: recebi treinamento no Exército, fui sargento, tenho treinamento de segurança e quero dizer ao senhor que gostaria de ser guardião desta empresa, até ela ser reconstruída, apenas pela alimentação.” Quando você vê a manifestação de um funcionário que se coloca à disposição para ajudar a reconstruir, eu não tenho motivo para não reconstruí-la. Quero dizer aos meus companheiros que, é claro, este momento é um momento de emoção mas eu estou e como sempre fui, apesar dos meus defeitos, grandes defeitos, sempre fui um homem muito centrado e eu hoje já sei o que aconteceu, a dimensão do que aconteceu e sei o quanto vai custar para que isso seja reconstruído, mas nós vamos reconstruir.

Porque quando acontece algo na nossa vida, o que mais nos entristece é a solidão e até este momento, a solidão não chegou perto de mim, porque os meus amigos, os meus funcionários, a minha família estão do meu lado, junto com os meus companheiros. Um abraço, um aperto de mão, essa solidariedade faz com que tenhamos força e isso serve de aprendizado para todos nós, de que de repente você constrói uma vida de trabalho, de luta... muitas vezes, quando comprei uma máquina importada e vinha um técnico para colocá-la a funcionar, atravessei a madrugada dentro da empresa para acompanhar o funcionamento daquele equipamento para que depois eu pudesse também saber como a máquina funcionava. Cuidava até do jardim. Faço aqui uma pequena lembrança - quando assumi a 1ª Secretaria desta Assembléia, muitos

me viam a percorrer os jardins, mas esse é um costume de família. Esse era o costume da minha mãe e do meu pai de ver tudo bonitinho, tudo organizado, tudo no seu devido lugar e agora, neste momento, volto na quinta-feira para rever a recomendar a reconstrução da minha empresa.

### **O Sr. Neivo Beraldin**

Eu solicito um aparte.

### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Só um instante. Quero deixar um convite a todos os meus parceiros. Ficarei feliz se na reinauguração eu contar com a presença dos senhores, porque a cada telefonema, a cada recado que eu recebia era uma injeção de ânimo no coração, na alma, no homem, que por mais valente e mais forte que seja, ele se entrega à evidência do acontecimento. Mas, antes de dar o aparte ao amigo Neivo Beraldin, quero dizer aos companheiros que gostaria que voltasse seus olhares ao Deputado Rossoni, com alegria. Não quero mais ver este sentimento que eu estou vendo nos meus companheiros e em mim.

Disse isso hoje cedo para minha esposa, para a minha filha e para o meu neto que vai nascer, em janeiro. O nome dele é João Augusto. Disse a eles, que não quero mais vê-lo olhando para o seu pai com esse olhar de quem está triste. Vamos olhar a primeira pedra que a partir da semana que vem vai ser colocada lá, olhá-la com a certeza que nós chegaremos no mês de abril, com ela reconstruída. Não com o mesmo carinho, porque agora vai ser a máquina, vai ser a construtora que vai reconstruir, mas, certamente, uma indústria que vai dignificar e que vai honrar aqueles 280 brasileiros e paranaenses que lá trabalhavam.

Tenho a obrigação de reconstruir. Vou reconstruir e a partir de amanhã, Deputada Cida, o Deputado Rossoni estará de volta a este Plenário, exercendo, na sua plenitude, o seu cargo de Deputado. Porque eu também não posso me acovardar, são 110 mil paranaenses que esperam que eu não fique aí sentado numa poltrona chorando o leite derramado.

Não estava, agora a pouco, me sentindo bem. Por isso, peço aos amigos, que a partir de amanhã, eu quero voltar a ser o Rossoni que eu era. Talvez, acredito mais amadurecido, porque eu sei que a vida prega peças em momentos que você não espera. Mas, só quem passa é que sabe resolver e ultrapassar esses problemas.

Muito obrigado de coração, que Deus abençoe a todos, a mim e a minha família.

A minha empresa, o símbolo dela é uma águia. Em todos os produtos que nós exportávamos para o mundo aí colado a águia e o nome da empresa. Senti uma emoção tão grande uma vez que estive na Inglaterra, em Londres, quando cheguei em um representante e vi o símbolo da minha indústria colado naquele produto produzido no interior do Paraná. Aquela emoção para mim, paga tudo que aconteceu no decorrer dessa semana.

Estou esperando o laudo da perícia, mas torço e imploro que o laudo seja um acidente e que não seja criminoso. Porque não acredito que ainda alguém tenha coragem - não de fazer isso comigo, porque para mim não fizeram nada - claro que sofro, sofri e estou sofrendo, vou sofrer, mas vou reconstruir, mas certamente hoje, um município, com 15 mil habitantes, que quase a metade da sua economia girava em torno da minha indústria, porque eu tinha vários fornecedores, está padecendo, está sofrendo.

Isso é muito difícil e, é por essa razão que neste momento eu quero sorrir, quero prosseguir e quero convidá-los, em nome da solidariedade de todos os companheiros que tiveram nesse momento difícil da minha vida, que todos os funcionários da Assembléia, todos os Deputados, a imprensa, nós possamos ir à inauguração dessa indústria com o mesmo símbolo. O símbolo da força, da coragem, que é o símbolo da águia.

Com o aparte, Deputado Neivo Beraldin.

### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Rossoni, quero associar-me a V. Exa., à sua família, num momento de sofrimento que passa a população do seu Município e também os funcionários da empresa que viram em chamas a sua empresa.

Mas sabemos que a vida é um eterno vencer dificuldades e há uma diferença entre ter e ser. Tenho certeza que na dificuldade as pessoas crescem muito mais do que, às vezes, na facilidade. O senhor deve compartilhar com os seus funcionários esse desejo e essa necessidade de reconstituir, recomendar uma nova indústria. Então V. Exa. deve se sentir feliz também por ter essa força do recomendar. Isso é que vai dar uma energia positiva e vai fazer com que essa empresa cresça novamente de uma forma extraordinária como ela sempre se comportou. V. Exa. deve guardar nesse momento de dor, de dificuldades, de pressão, essa noção de que Deus recompensa a todos e também, se existe aquele que eventualmente tenha prejudicado, levado à ocorrência desse incêndio, certamente Deus também vai estar olhando lá de cima e dizendo: "olha, não é justo que se destrua algo que está gerando renda, emprego, qualidade de vida. Destruir uma indústria, destruir algo que produz num Estado, é sempre muito triste, seja concorrente, seja adversário. Não há nada que possamos, pelo menos aceitar, que tenha ocorrido alguma coisa que seja da vontade do homem".

Então, quero dizer a V. Exa. que sua família certamente guarda lembrança de quando começou aquela empresa, seu falecido pai, tudo que se levantou, tijolo por tijolo, jardim, próprio de italiano, próprio de lutador, da descendência que V. Exa. tem, do capricho, enfim, de ver a coisa funcionando, rendendo. Mas tudo isso V. Exa. deve deixar de lado e pensar o seguinte: eu, junto com meus companheiros, funcionários, com amor daqueles que lutaram tanto, vamos reconstruir e certamente vai valer muito mais o ser, do que propriamente o ter.

Um grande abraço.

### **A Sra. Cida Borghetti**

Gostaria de me somar ao Deputado Neivo Beraldin e tenho certeza que aos demais Deputados desta Casa, aos funcionários, solidariedade a V. Exa., à sua família, mas principalmente aos funcionários da sua empresa, como o senhor aqui colocou, a maneira valorosa com que eles o procuraram e se colocaram à disposição para reconstruir a indústria importante para o Paraná, muito importante à sua família também, porque vocês, há muitos anos, conheço a sua família. Minha mãe na mesma semana conversou com V. Exa. e vocês até combinaram de fazer uma visita e ela estava esperando, trata de correr bastante porque ela está esperando para visitar novamente a região; tenho certeza que a maneira simples, mas a forma gentil com que o seu funcionário lhe procurou, tenho certeza que todos os demais vão estar se somando a esta luta e vão reconstruir essa indústria importante para a sua cidade, importante porque gera emprego, riqueza, renda, tributos à sua cidade e o Paraná precisa de empreendedores, precisa de trabalhadores, que tenha essa força de vontade de vencer, lutar e transformar o nosso Estado num Estado promissor, gerando riquezas, renda, oportunidade à nossa gente. E Deus está lhe abençoando, tenho o privilégio de ser sua vizinha no quinto andar do gabinete e sei da sua decência.

Aliás, o senhor é detalhista, tem um gabinete exemplar, sua equipe, sua forma de receber, sua forma de nos atender, enquanto colegas. Eu sou grata. Muitas vezes trocamos idéias e o senhor sempre me aconselha. Acho isso importante. Tenho certeza de que neste momento o senhor está recebendo solidariedade. Não só nossa, mas de Deus, com esta força, com esta garra. Você, sua família, seus filhos, tenho certeza que serão vencedores. Somo-me ao Deputado Neivo. Desejo sucesso. Conte conosco em todas as horas, todos os momentos da sua vida, e desta reconstrução importante para o Paraná.

Obrigada.

### **O Sr. Rafael Greca**

Só para me solidarizar com V. Exa. e dizer que nós reconhecemos em si e na sua família pessoas capazes de enfrentar esta adversidade e voltarem ao cenário comercial e industrial, com força redobrada, com ânimo redobrado.

Agora, o interesse público pede, neste momento, que a Assembléia faça uma reflexão sobre a ausência de corpos de bombeiros, na maioria das cidades do Paraná e sobre a necessidade de se equipar mais o corpo de bombeiros. Há esta idéia brilhante do Major Anselmo, Chefe da Casa Militar e da Defesa Civil do Paraná, de criar corpos de bombeiros voluntários, junto com as prefeituras.

Acho que na votação do próximo orçamento a Assembléia Legislativa deveria se esforçar para equipar

melhor o corpo de bombeiros e para providenciar recursos para criação desses corpos de bombeiros voluntários, porque a vida, os bens das pessoas, tudo isso é sujeito a sinistro. E não adianta, por exemplo, no caso de Bituruna, um corpo de bombeiros a 130 km do local. E isto não acontece só em Bituruna. Acontece em Piraquara, em Pinhais, em Almirante Tamandaré, que não têm corpo de bombeiros. Em Colombo. Acontece em toda a região metropolitana de Curitiba.

É atrasado o Paraná não ter corpo de bombeiros, pelo menos nas maiorias e não se fomentar a idéia do corpo de bombeiros voluntário em todas as comunidades do Paraná, porque o incêndio não tem lugar nem hora para acontecer.

### **O Sr. Luiz Carlos Martins**

Lembrou muito bem o Deputado Rafael Greca. Lembro-me, quando menino, no interior de São Paulo, em Birigüi, existia um corpo de bombeiros voluntário. E lembro-me de uma sirene que tocava, era uma sirene triste. E aí os bombeiros voluntários saíam em socorro no caso de incêndios e outras tragédias, catástrofes.

Deputado Rossoni, serei bem objetivo e rápido. Estamos solidários com V. Exa.. Sei que a águia é uma ave forte e poderosa. Gostaria de sugerir a V. Exa. que colocasse ao lado da águia aquela outra ave poderosa, fênix, que ressurgiu das cinzas, mais bela, mais forte. Tenho certeza de que principalmente Bituruna, neste momento, espera de V. Exa. este exemplo e o senhor dará este exemplo de fênix: das cinzas, mais belo, mais solidário. Será muito mais, ainda.

Parabéns. Conte conosco.

### **O Sr. Fernando Ribas Carli**

Deputado Rossoni, quero neste momento expressar ao ilustre colega o sentimento de quem, como o senhor, milita na área madeireira. Eu milito há mais de 20 anos na área madeireira. Mas, queria aqui neste momento dizer aos nossos colegas o que vem acontecendo nos últimos dois anos. Eu milito na indústria madeireira, mas fazia um tipo de produto, e há dois anos atrás eu decidi que deveria iniciar a fabricação de madeira compensada, e eu fui pedir conselhos para o Deputado Rossoni. Então eu posso, Deputado Rossoni, sentir o que o amigo sentiu, digo o que o amigo sentiu porque conheço a sua força, conheço a sua perseverança, conheço a sua tenacidade de vencedor, aquele que acredita que faz as coisas acontecer; muito bem quando o senhor colocou para a sua esposa, para os seus filhos dizendo: “Não me olhem mais com olhar de tristeza, eu não quero ver mais lágrimas, eu quero ver alegria, porque eu acredito no futuro”.

Foi acreditando nesse futuro, Deputado Rossoni, que o senhor, um homem como nós, vindo de família simples, humilde, trabalhador, que com o suor do seu rosto, construiu uma indústria que tem nome em todo o mundo, que o seu produto é disputado pelos maiores importadores da Europa e dos Estados Unidos.

O nome Rossoni, Srs. Deputados, na madeira compensada é sinônimo de qualidade em todo o mundo, e isto o senhor construiu com o seu trabalho, com a sua perseverança, com o seu tino administrativo, e é claro, com o apoio e com a colaboração da sua equipe de funcionários. E essa equipe, esses funcionários, estão ao seu lado juntos, um exemplo que o senhor deu daquele homem que diz conhecer segurança e que quer ser o vigilante daquilo que será construído a partir de quinta-feira como o senhor colocou.

Tenho certeza Deputado Rossoni, nas horas tristes que nós encontramos força para suportar tudo aquilo que poderá vir. Conhecendo o Deputado Rossoni, como conheço, tenho certeza que ele já não está lembrando mais da fábrica antiga, ele já está visualizando a nova fábrica, ele está visualizando a fábrica mais moderna ainda, embora construída muito mais rapidamente com o apoio da tecnologia. Mas tenho certeza que ele já está vendendo novamente as suas carretas carregadas com quarenta metros de compensados, levando para o Porto de Paranaguá, para o Porto de São Francisco, e daí se espalhando para todo o mundo.

Quero dizer aqui Deputado Rossoni que a minha solidariedade, como de todos desta Casa, o senhor sempre teve, sempre terá, mas nós queremos participar da festividade de inauguração, o senhor já nos convidou, nós queremos participar daquele momento, mas daqui até a construção eu serei um dos que estarei do seu lado sempre, sorrindo, acreditando no futuro e pensando que nós somos mais fortes do que qualquer coisa que possa nos acontecer, porque nós acreditamos em Deus, e nós temos a proteção de Deus, e tudo acontece pela vontade de nosso Pai, se ele quis assim certamente porque ele queria mais uma vez, Deputado Rossoni, provar ao senhor que o senhor é um homem forte, que o senhor é um vencedor, e que não vai se abater com o que aconteceu; isso servirá de estímulo para o senhor crescer muito mais, e sem dúvida nenhuma será um exemplo para o Paraná, para todos os moradores de Bituruna, para todos os moradores do Brasil, e também para aqueles importadores que compram o seu produto e que estão ávidos novamente para comprar o compensado Rossoni. Deputado, nós estamos juntos com o senhor.

Um grande abraço.

#### **O Sr. Antonio Anibelli**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Eu quero agradecer a educação política do nosso Presidente André Vargas em conceder esse aparte de ter declarado que havia encerrado com o Deputado Carli para lhe apartear. Mas eu jamais poderia deixar de lhe apartear publicamente porque já conversei com V. Exa., e conheço V. Exa. que foi meu companheiro quando Prefeito de Bituruna e meu adversário em várias oportunidades.

Sei da sua garra, da sua fibra. Que é a fibra do povo bituruense. Tive o prazer e a honra de ser amigo de seu pai e continuo sendo amigo da sua mãe e da sua família. Isso me honra muito.

Desgraça seria se V. Exa. tivesse perdido um filho ou filha. Tivesse sofrido como nosso companheiro Varribe Mota que perdeu um filho no dia 3 de novembro. Companheiro do meu PMDB numa aliança com o seu Partido em favor da dignidade do povo de União da Vitória.

Que é uma fábrica? Quando soube pensei: “Nem tudo está perdido, a família preservada em primeiro lugar.” Quantos companheiros se foram em acidentes de carro.

Sabedores da sua grandeza, da bravura que Excelência tem a dignidade do povo de Bituruna, tenho certeza que V.Exa. fará uma fábrica maior e melhor. Dará mais empregos e estaremos presentes na reinauguração lá em Bituruna.

Somos companheiros nas horas boas, nas difíceis e sempre pensando no bem, no espírito cristão, no amor que recebemos de nossos pais, como V. Exa. recebeu.

Em meu nome, do PMDB e em nome dos Deputados da Bancada, não adversários, porque aqui somos companheiros em prol do Poder Legislativo. Em nome da amizade que temos. No íntimo, quando faz suas orações, talvez para enxugar as lágrimas do programa que houve. Mas sabemos da grandeza do seu espírito e da sua fé da reconstrução da dignidade de seu povo e sua fábrica fará ser maior.

Fica aqui a minha solidariedade e meu abraço nessa hora difícil, pela nossa amizade e pelo respeito que lhe devoto.

Muito obrigado!

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Agradeço o aparte do Deputado Antonio Anibelli e as manifestações dos demais Deputados.

Fico feliz com as manifestações, mas quero o olhar feliz dos meus companheiros, porque é isso que vai trazer força para construirmos o que foi destruído. Isso foi, certamente, um grande ensinamento e um aprendizado muito grande.

Quero aqui agradecer o Governador Roberto Requião que colocou o Governo do Estado do Paraná a disposição. Agradecer ao Presidente Hermas Brandão, aos Deputados que me telefonaram. E, em especial, ao Deputado Alexandre Curi. Ele me telefonou tanto, porque tamanha era a sua preocupação. E hoje, para minha alegria, foi o primeiro que entrou no meu gabinete. Eu estava de cabeça baixa e ele me fez levantar. É um menino que está aí surgindo na política, não desmerecendo os demais companheiros, mas, certamente, é um exemplo para nós que temos mais experiência. Ele teve esse espírito de, num momento difícil, demonstrar a amizade que ele nutre com todos nós.

Muito obrigado e ficam aqui convocados os companheiros da CPI do Porto de Paranaguá para a partir de segunda-feira recomencarmos os trabalhos. O primeiro e o segundo turnos nos atrasou, o incêndio da minha empresa também e temos que correr, agora, para encerrar os trabalhos até o dia 15 de Dezembro, porque ninguém vai querer ficar aqui nas férias trabalhando com a questão da CPI. Nós aceleraremos os trabalhos.

Eu tinha pensado em entregar o meu cargo de Presidente da CPI, mas algo me dizia que seria uma atitude covarde da minha parte, porque é uma atribuição que me foi conferida pelos Deputados desta Casa e eu devo respeito aos Srs. Parlamentares. Muito obrigado a todos e a partir de agora a vida continua de um outro jeito. Deputado Rossoni como Deputado de Oposição firme, coerente, com posições claras procurando construir o Paraná que todos nós desejamos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, em relação à presença do advogado Lagna que fez, por sinal, uma brilhante defesa da postura que defende dos advogados do Poder Executivo do Estado do Paraná. Na reunião que tivemos como Procurador Sérgio Botto, ele afirmou que não existia mais recurso a ser feito.

Naquela data não havia protocolado pela Associação dos Advogados nenhum recurso junto ao Supremo, só foi feito no dia 9 e ele esteve aqui na data anterior. São duas colocações que precisam ser colocadas: que ele afirmou que não havia mais espaço que já tinha sido transitado e julgado, mas que, naquele momento, a Associação ainda não havia feito protocolo. Esta é a correção para que possamos recolocar a questão nos seus devidos lugares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Recolocada a questão e, inclusive, o projeto, estamos em face de sua análise e, sem dúvida nenhuma, fará parte do conteúdo dos debates.

De fato isso ocorre mesmo: é assinada no dia 04 e o Protocolo do dia 09.

Consulto a Liderança do PT, PMDB, Líder do Governo, Líder da Oposição.

**(Todas declinam).**

O SR. ELIO RUSCH

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Só queremos lembrar a todos os integrantes da CPI da Reforma Agrária que amanhã teremos uma reunião no Plenarinho da Assembléia, com a presença do Padre Roque, Secretário de Estado do Paraná e, na quinta-feira, com o representante da FAEP, São os dois depoimentos que teremos nos trabalhos da CPI e, na semana que vem,

a Comissão Parlamentar de Inquérito estará viajando pelo interior do nosso Estado, visitando alguns assentamentos e Cooperativas.

Queremos deixar registrado, aqui, no Plenário da Assembléia Legislativa, o entendimento que tivemos há pouco com o Deputado Stica, Líder do Governo, para que não se votasse nenhuma matéria muito importante na próxima semana, uma vez que diversos Deputados que integram esta CPI vão estar presentes nessa viagem que faremos pelo interior do nosso Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Acusamos a presença do Prefeito de Porto Barreiras, João Costa, do Partido que presido, Partido dos Trabalhadores. Seja bem-vindo e a Assembléia está sempre à sua inteira disposição.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

V. Exa. registrou a presença do Prefeito de Porto Barreira, quero dizer que está aí também o Joel, Prefeito eleito do PT em Rio Bonito do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Seja bem-vindo companheiro Joel de Rio Bonito do Iguaçu, região Central do nosso Estado.

Solicito ao 1º Secretário que leia a íntegra das Mensagens que estarão em pauta proximamente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pedro Ivo Ilkiv**)

**(Procede à leitura das mensagens do Executivo)**

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 030/2004, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que consolida, aprimora e atualiza a legislação, hoje em vigor, pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 031/2004, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, submetendo à apreciação desta Casa de Leis a inclusa Proposta de Emenda Constitucional que objetiva acrescentar artigo 10-A ao Capítulo VI, do Título VI, da Constituição Estadual e artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da mesma carta; dispondo sobre ordenamento jurídico brasileiro no sentido de assegurar a inviolabilidade do direito à vida humana, cuja efetividade depende do acesso à água potável, serviço público essencial que deve ser prestado diretamente por pessoas jurídicas de



direito público, de modo a que seja garantida a sua imprescindível universalização. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Decreto Legislativo, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Ofício nº 32/2004-CECE, subscrito pelo Deputado Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, constante do expediente, solicitando providências das informações relacionadas. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 203/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2004, que objetiva prorrogar por 1 (um) ano o prazo para conclusão dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º do artigo 2º da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.570, de 21/05/2002 (indenização às pessoas detidas sob acusações de participação política). **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 203/2004  
REDAÇÃO FINAL  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica prorrogado por 1 (um) ano o prazo para conclusão dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º, do artigo 2º da Lei nº 11.255, de 21 de Dezembro de 1995, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.570, de 21 de maio de 2002.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que obriga a empresa concessionária de serviço de abastecimento de água do Estado do Paraná, a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 205/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água no Estado do Paraná, obrigada a instalar equipamento eliminador de ar na tubulação de água que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aquisição do equipamento e sua instalação correrão por conta da concessionária de abastecimento de água.

Art. 3º - O equipamento eliminador de ar deverá estar de acordo com as determinações do INMETRO.

Art. 4º - Os hidrômetros instalados, a partir da promulgação desta lei, já deverão estar acompanhados do respectivo eliminador de ar.

Art. 5º - Esta lei será divulgada na conta mensal de água.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar a partir da sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos para vítimas de furto ou roubo à mão armada na forma que menciona. (Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 229/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Vítimas de furto ou roubo à mão armada em território paranaense ficam isentas de pagamento de taxa para emissão da segunda via dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Carteira Nacional de Habilitação;
- c) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV).

§ 1º - O pedido de isenção deve ser acompanhado do registro de ocorrência lavrado por autoridade policial.

§ 2º - A segunda via do documento deve ser requerida no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o registro do fato. Encerrado esse prazo, a vítima perde o direito à gratuidade.

Art. 2º - A falsa comunicação de crime acarretará as sanções previstas no artigo 340 do Código Penal, com pena de um a seis meses de reclusão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 275/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado, com sede e foro no Município de Bituruna. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 275/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado, com sede no Município de Bituruna e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 344/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cafezal do Sul e foro na Comarca de Iporã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 344/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cafezal do Sul, com sede no Município de Cafezal do Sul e foro no Município de Iporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 353/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa, com sede no Município de Honório Serpa e foro na Comarca de Manguairinha. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 353/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa, com sede no Município de Honório Serpa e foro no Município de Manguairinha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 366/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência Ciranda, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 13.10.2004).**

#### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 376/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostomizados Núcleo de Maringá - APONM, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2004, de 19.10.2004).**

#### ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 382/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2004, que autoriza o Poder Executivo construir, por intermédio da COPEL ou subsidiária desta, sociedade com a ELETROSUL. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 382/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, sociedade com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - ELETROSUL.

§ 1º - A referida empresa é objeto do Consórcio Gralha Azul, formado entre as empresas definidas no *caput*, tendo vencido a licitação ANEEL nº 001/2004.

§ 2º - O objeto social da sociedade ficará restrito ao propósito específico de outorga da concessão para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a operação e manutenção das instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, para as instalações de transmissão Lote C - LT Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu Norte - 230 kV.

§ 3º - Com a autorização constante do *caput* deste artigo, constituir-se-á sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

§ 4º - A Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, participará com 80% (oitenta por cento) do capital social votante.

§ 5º - A sociedade será administrada na forma de seu Estatuto Social, que disporá sobre a composição, organização, atribuições, competência e funcionamento dos órgãos de sua administração executiva, bem como dos acordos de acionistas.

§ 6º - Fica a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, autorizada a alocar à sociedade, na forma da lei, os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho do objeto social desta, mediante ressarcimento das despesas realizadas para esse fim.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 733/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretários de Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

**O projeto foi encaminhado para CCJ para parecer de emendas.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que obriga a empresa concessionária de serviço de abastecimento de água do Estado do Paraná, a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 205/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água no Estado do Paraná, obrigada a instalar equipamento eliminador de ar na tubulação de água que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aquisição do equipamento e sua instalação correrão por conta da concessionária de abastecimento de água.

Art. 3º - O equipamento eliminador de ar deverá estar de acordo com as determinações do INMETRO.

Art. 4º - Os hidrômetros instalados, a partir da promulgação desta lei, já deverão estar acompanhados do respectivo eliminador de ar.

Art. 5º - Esta lei será divulgada na conta mensal de água.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar a partir da sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos para vítimas de furto ou roubo à mão armada na forma que menciona. (Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 229/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Vítimas de furto ou roubo à mão armada em território paranaense ficam isentas de pagamento de taxa para emissão da segunda via dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Carteira Nacional de Habilitação;
- c) Certificado de Registro e licenciamento de Veículos (CRLV).

§ 1º - O pedido de isenção deve ser acompanhado do registro de ocorrência lavrado por autoridade policial.

§ 2º - A segunda via do documento deve ser requerida no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o registro do fato. Encerrado esse prazo, a vítima perde o direito à gratuidade.

Art. 2º - A falsa comunicação de crime acarretará as sanções previstas no artigo 340 do Código Penal, com pena de um a seis meses de reclusão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 275/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado, com sede e foro no Município de Bituruna. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 275/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado, com sede no Município de Bituruna e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 344/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielese, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cafezal do Sul e foro na Comarca de Iporã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 344/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cafezal do Sul, com sede no Município de Cafezal do Sul e foro no Município de Iporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 353/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais de Honório Serpa, com sede no Município de Honório Serpa e foro na Comarca de Manguairinha. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 353/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa, com sede no Município de Honório Serpa e foro no Município de Manguairinha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 07**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 366/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência Ciranda, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 13.10.2004).**

**ITEM 08**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 376/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostomizados Núcleo de Maringá - APONM, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2004, de 19.10.2004).**

**ITEM 09**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 382/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2004, que autoriza o Poder Executivo construir, por intermédio da COPEL ou subsidiária desta, sociedade com a ELETROSUL. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 382/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a constituir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, sociedade com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - ELETROSUL.

§ 1º - A referida empresa é objeto do Consórcio Gralha Azul, formado entre as empresas definidas no *caput*, tendo vencido a licitação ANEEL nº 001/2004.

§ 2º - O objeto social da sociedade ficará restrito ao propósito específico de outorga da concessão para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a operação e manutenção das instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, para as instalações de transmissão Lote C - LT Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu Norte - 230 kV.

§ 3º - Com a autorização constante do *caput* deste artigo, constituir-se-á sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

§ 4º - A Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, participará com 80% (oitenta por cento) do capital social votante.

§ 5º - A sociedade será administrada na forma de seu Estatuto Social, que disporá sobre a composição, organização, atribuições, competência e funcionamento dos órgãos de sua administração executiva, bem como dos acordos de acionistas.

§ 6º - Fica a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, ou subsidiária integral desta, autorizada a alocar à sociedade, na forma da lei, os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho do objeto social desta, mediante ressarcimento das despesas realizadas para esse fim.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 733/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que dispõe sobre a remuneração dos cargos de provimento em comissão de Secretários de Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

**O projeto foi encaminhado para CCJ para parecer de emendas.**

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Artística de Produção Literária e Promoção Cultural, com sede e foro no município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2004, de 27.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 139/2004

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Artística de Produção Literária e Promoção Cultural, com sede e foro no Município de Medianeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivo da Lei nº 14.470/2004, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, criando pela Lei nº 8.927, de 28.12.1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17.07.1992, (com precatórios de natureza alimentícia). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2004, de 30.08.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 324/2004

## P A R E C E R :

## Histórico

O Projeto de Lei nº 324/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, altera dispositivo da Lei 14.470, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei 8.927, de 28 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17 de julho de 1992.

## Fundamentação

Esta Casa de Leis tem competência para legislar sobre a matéria conforme o artigo 24 da Constituição Federal:

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico”.

O projeto de lei permite que os portadores de cessão de direito de precatórios de natureza alimentícia também possam se utilizar do instrumento de cessão para pagar o Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

A proposição não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, devendo seu mérito ser discutido por esta Casa de Leis.

Todavia, o projeto deve ser emendado para correção da redação do artigo 2º, adequando-o aos ditames do artigo 9º da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que assim dispõe:

“Art. 9º - Quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas”.

## Da Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda modificativa corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 324/2004

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 324/2004, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 324/2004

## P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do Sr. Deputado Miltinho Pupio, objetiva alterar dispositivo da Lei nº 14.470, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17.07.1992, (Com precatórios de natureza alimentícia).

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável com emenda.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

## ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui o dia da

poesia paranaense, a ser comemorado, anualmente no dia 12 de outubro. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2004, de 06.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 358/2004

**Relatório**

Da autoria do Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, o presente projeto visa instituir o Dia da Poesia Paranaense a ser comemorado no dia 12 de outubro de cada ano.

**Fundamentação**

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade.

**Conclusão**

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/2004, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Associação Rainha da Paz - Projeto Esperança e Vida, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 088/2004, de 14.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 364/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Chico Noroeste, declara de Utilidade Pública a Associação Rainha da Paz- Projeto Esperança e Vida, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.11.2004

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**TEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a OCAM- Ordem dos Cavalheiros do Arcaño Mikael, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2004, de 20.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 379/2004

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de Utilidade Pública a OCAM- Ordem dos Cavalheiros do Arcaño Mikael, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.11.2004

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1866 a 1868 e 1920, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1876 a 1888, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1893 a 1912, de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1917 a 1919, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1926, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1932, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1921, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Em Discussão.**

**O SR. DURVAL AMARAL**

Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Não cabe discussão no pedido de regime de urgência.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Então, peço verificação de votação, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI**

Solicito Chamada Nominal dos Srs. Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Solicito ao Sr. 1º Secretário Deputado Pedro Ivo, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Há trinta Srs. Parlamentares em plenário.  
Está suspensa a chamada nominal.  
Em votação o requerimento

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, consulto o nobre Deputado Stica, se há a possibilidade - nós estávamos conversando e a chamada nominal foi suspensa - de retirar do regime de urgência a Proposição 709/2003, e também a Proposição 262/2004.

O SR. NATÁLIO STICA

Nós vamos votar, Sr. Presidente, e Deputado Durval. Vamos ter que votar, porque há um pedido: a TV Educativa do Estado precisa fazer um concurso, sob pena de sua paralisação.

Então, nós precisamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Em votação.

Deputados favoráveis que aprovam o pedido de urgência ao Projeto nº 302/2004, de autoria do Poder Executivo, queiram levantar-se, por favor.

Vinte e três Deputados votaram favoravelmente.

Agora, os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se, por favor.

Apenas o Deputado Durval Amaral, os Deputados Anibelli e Barbosa Neto. Deu vinte e seis votos.

**Não há quórum para deliberação.**

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 139, 324, 358, 364 e 379/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2004.

Levanta-se a Sessão.

### **Ato da Diretoria Geral:**

O diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6363, de 20 de setembro de 2004, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

Designar os servidores HELENA REGINA STEPHAM MORO, JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES e ELDO GEVEZIER, para, sob a Presidência do primeiro, constituir a Comissão de Processo Administrativo da funcionária ILSE LONGO.

Gabinete da Diretoria Geral, 11.11.2004.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral